

12ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
BRASÍLIA, 20 DE JUNHO DE 2007- SALA MULTIUSO - MME

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Bom dia. Então já aproveito para apresentar o Alysson que é o nosso sonoplasta hoje de plantão da equipe do CONAMA o Roberto que está no computador e dou bom dia a todos, peço desculpas aqui porque a gente estava aguardando que tivesse pelo menos cinco Conselheiros porque como é posse e instalação da nova Câmara Técnica, dos membros dessa Câmara Técnica, então para a gente é importante ter pelo menos cinco Conselheiros, porque com quatro é o quorum já, mas nós vamos ter que eleger Presidente e vice, então precisa pelo menos cinco para poder assegurar que depois não aparecem três depois aqui dizendo que não concordam com a eleição, por isso que a gente estava aguardando. Então antes de dar início aqui à nossa pauta dessa 12ª reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, eu quero rapidamente fazer uma rodada de apresentação. Meu nome é Nilo Diniz, sou diretor do CONAMA.

Enerly M. Cézar Batista - DEA/SEMMA-GO

Sou Enerly de Goiânia, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiás.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Cleidemar, sou do CONAMA.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE

Ana Von Behr, OCA Brasil, Alto Paraíso de Goiás.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE

Paulo Maluhy, OCA Brasil Representando a Região Centro-Oeste.

Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo

Eder Leonardo Borborema, Ministério dos Esportes.

Rogério José Dias - Ministério da Cultura

Rogério José Dias, Ministério da Cultura.

Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA

Ruth Tabaczinski, Assessora Técnica do CONAMA.

Luís Gustavo Miranda Mello - ANA

Sou Luis Mello, da Agência Nacional de Águas, Gerência de Capacitação.

Marília Passos Torres de Almeida - DEA/MMA

Marília Passos da DEA do Ministério do Meio Ambiente.

Luiz Cláudio L. Costa - MEC

Luiz Cláudio do Ministério da Educação.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Viviane Vazzi Pedro do Ministério da Educação.

Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará

Marcos Vieira do Governo do Estado do Ceará, da Coordenação de Educação Ambiental e Articulação Social.

64 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

65

66 Bom dia, sou Maria Cristina Vieira, Tita é o meu apelido, e atualmente estou na Diretoria de Educação
67 Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia.

68

69 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

70

71 Bom, então nós temos aqui como membros dessa Câmara Técnica tomando posse hoje nós temos o Paulo
72 pela OCA Brasil, está aqui também acompanhado da Ana Von Behr que também é da OCA Brasil. O segundo
73 Conselheiro presente Representando aqui a ANAMMA, a nossa querida Enery que já se apresentou que é do
74 Governo de Goiás, da Secretaria de Meio Ambiente de Goiânia, Goiás. Pelo Governo da Bahia a Maria
75 Cristina como representante pelo Estado da Bahia, a gente já está devidamente documentado. O Governo do
76 Estado do Ceará, está o Marcos Alberto que também já entregou o documento. Pelo Ministério da Cultura o
77 Conselheiro titular, Rogério José Dias que também está aqui e o do Ministério dos Esportes está o Eder
78 Leonardo. Então, nós temos 6 Conselheiros presentes. Não são seis, porque a CNC que seria o sétimo, eles
79 estão em dois pela OCA Brasil, mas a vaga é apenas uma representação. Aí o sétimo que está faltando da
80 CNC, Confederação Nacional do Comércio, mas a gente já dá início mesmo com a ausência dele. Bom,
81 inicialmente antes da gente realizar aqui o item 3 que é eleição de Presidente e Vice-Presidente eu quero fazer
82 uma breve apresentação para vocês do trabalho da Câmara Técnica. Eu vou pedir o apoio do Roberto que
83 está aqui no notebook. Eu nem preciso dizer que as Câmaras Técnicas do CONAMA elas são como que a
84 gente pode dizer, a célula mater do trabalho de formulação de resoluções e decisões do Conselho.
85 Praticamente tudo o que se vota, à exceção de moções do CONAMA, passam por Câmaras Técnicas. As
86 câmaras se reúnem e por maioria de votou por consenso decide sobre as matérias que vão para o plenário.
87 Então tem uma importância muito grande, nós temos aqui Conselheiros que já têm experiência em Câmaras
88 Técnicas, alguns estão pela primeira vez. Quem está participando aqui pela primeira vez de Câmara Técnica,
89 só para a gente ter uma idéia? Cultura, OCA, MEC, se bem que o Luiz Cláudio pela primeira vez mas o MEC
90 já vem participando e inclusive o MEC presidiu com muita competência essa Câmara Técnica até a gestão
91 anterior e hoje estamos fazendo a sucessão aqui para um próximo Presidente ou para uma próxima
92 Presidente, mas tenho certeza que a representação do MEC vai ser presença constante nessa Câmara
93 Técnica por uma questão de mérito. E porque a competência do MEC é absolutamente focada também na
94 missão dessa Câmara Técnica. E então para a Câmara vai funcionar muito bem a presença do MEC aqui em
95 todas as reuniões. Só não tem direito a voto, mas com bastante capacidade de influência e de colaboração
96 aqui nessa Câmara. Pode passar, Roberto. Bom, o CONAMA todos sabem, é um órgão colegiado, normativo,
97 deliberativo e consultivo do SISNAMA que é coordenado e presidido pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele
98 tem função de assessorar estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas de Meio Ambiente e
99 delibera também no âmbito da sua competência sobre as normas. É muito rápido isso, porque é uma
100 apresentação que a gente faz no geral sobre o CONAMA. Eu quero parar mais na parte de Câmara Técnica .
101 As competências do CONAMA, são muitas, aí são algumas resumidas. A composição atualmente conta com
102 107 Conselheiros com a distribuição entre os segmentos. Depois quem quiser a gente pode salvar essa
103 apresentação, quem quiser pode ter isso guardado, é bom até para o Conselheiro que muitas vezes vai se
104 apresentar na própria entidade que representa um pouco do trabalho do CONAMA, é bom. Câmaras
105 Técnicas são onze Câmaras Técnicas: de Assuntos Internacionais, Minerais, Infra-estrutura, enfim são todas
106 elas aí incluindo a Educação Ambiental. Aí o processo de formulação da Resolução e a função assim muito
107 importante da Câmara Técnica, vocês podem ver ali em marrom mais claro, quase laranja, a Câmara é
108 constituída por sete Conselheiros e todos com direito à voz e voto. O Grupo de Trabalho que é, vamos dizer, a
109 matriz ou espaço inicial onde se reúnem não apenas Conselheiros mas todos os interessados em qualquer
110 matéria que seja tratada em Grupo de Trabalho não tem votação por isso a importância da Câmara Técnica .
111 Toda a produção do Grupo de Trabalho que chega na Câmara Técnica chega por consenso ou dissenso.
112 Muitas vezes o grupo encaminha para a Câmara posicionamentos divergentes para a Câmara decidir como é
113 que define dali para frente o encaminhamento para o plenário. E daí para a Câmara de Assuntos Jurídicos
114 que se limita a aspectos de constitucionalidade e legalidade e técnica legislativa, e depois para o plenário.
115 Bom, as Câmaras Técnicas cada Câmara já falei é formada por até sete Conselheiros definidos pela plenária
116 com mandatos de dois anos. Nós estamos nesse momento discutindo o regimento do CONAMA. O CIPAM
117 vai criar um grupo ou comissão de trabalho que vai preparar as alterações, o foco da alteração do regimento
118 será exatamente Câmara Técnica, além de procedimentos para introdução de matérias no CONAMA, mas o
119 foco da alteração de regimento vai ser especialmente Câmaras Técnicas. Então, há uma possibilidade, já
120 existe proposta para ampliar o número de membros da Câmara Técnica para dez, o que faria com que cada
121 Câmara Técnica tivesse pelo menos dois representantes por segmento, são cinco segmentos e então aí
122 teríamos dez membros e isso evitaria aquele processo eleitoral na plenária que tem sido bastante desgastante
123 porque cinco são indicados e depois dois eleitos e esses dois eleitos têm tomado um tempo muito grande das
124 reuniões e lembro que um estresse também uma movimentação desnecessária a nosso ver assim em
125 plenário. Então isso vai ser muito provavelmente alterado. O processo deliberativo da Câmara Técnica se dá
126 por maioria simples dos membros mais um. Ou seja, por 50% mais 1. E a ausência do membro por três

127 reuniões consecutivas ou quatro alternadas implica- rá a exclusão do órgão da Câmara Técnica e as reuniões
128 são públicas bastante o Presidente eleito ou a Presidente sempre vai considerar que as reuniões são públicas
129 e abertas e isso não quer dizer que qualquer pessoa que venha à reunião pode usar da palavra, não. O
130 Presidente pelo regimento, ele é que arbitra se vai ou não abrir a palavra, claro que quando são Conselheiros
131 até é recomendável que se ouça a palavra de qualquer Conselheiro do CONAMA presente em reunião de
132 Câmara Técnica, mas quando são outras pessoas a palavra pode ser franqueada a critério do Presidente. A
133 competência das Câmaras Técnicas principalmente são essas que estão aí. Propor à Secretaria Executiva
134 itens de pauta das reuniões, elaborar, discutir e aprovar e encaminhar matérias ao Plenário e quando referente
135 à Agenda Nacional do Meio Ambiente também ao CIPAM. A Câmara Técnica emite parecer sobre consulta
136 vinda da SECEX, solicita à área técnica do MMA, mas pode ser também do IBAMA e áreas vinculadas a
137 participação de especialistas, e em especial o caso da Câmara de Assuntos Jurídicos examina a
138 constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa. As competências no caso desta Câmara Técnica de
139 Educação Ambiental. Indicadores de desempenho e de avaliação das ações de Educação Ambiental
140 decorrente das políticas, programas e projetos de Governo. Então todas as ações de Governo voltadas à
141 Educação Ambiental podem ser analisadas, avaliadas aqui por essa Câmara Técnica, inclusive sugerindo
142 eventualmente indicadores de desempenho. E também a Câmara pode trabalhar com as diretrizes, formular e
143 propor diretrizes para elaboração e implementação das políticas e Programas Estaduais de Educação
144 Ambiental. Assessoramento às demais Câmaras Técnicas no que tange à Educação Ambiental. É importante
145 dizer que já da gestão anterior presidida aqui na Câmara Técnica pelo MEC foi proposto e já iniciado o
146 encaminhamento de que a Câmara Técnica observaria, vocês vão ver isso na pauta depois, a análise de
147 todas as resoluções em tramitação no CONAMA para verificar a conveniência ou não de se agregar algum tipo
148 de sugestão, por mais singela que seja, que observe o aspecto da educação, da comunicação e da informação
149 ambiental. Quer dizer, isso é um foco importante dessa Câmara Técnica, ela tem um caráter transversal.
150 Então isso ficou bem estabelecido na gestão anterior e acho que é importante que se dê continuidade, que é
151 claro que às vezes por exemplo uma Resolução como a que está tramitando agora descarte de pilhas e
152 baterias é uma Resolução extremamente polêmica mas onde o aspecto da informação e da Educação
153 Ambiental é essencial para o sucesso da Resolução. Mas muitas vezes a Câmara de Educação Ambiental é
154 que vai ter essa condição de observar a melhor maneira de se introduzir ali um dispositivo que atenda essa
155 demanda da Resolução. Agora, é claro que estrategicamente quanto mais pontual e mais objetiva for essa
156 alteração, mais fácil de transitar na Câmara de Mérito, que é a Câmara que dá a última palavra entre as
157 câmaras sobre a matéria, no caso de pilhas e baterias que é a Câmara de Saúde, Saneamento e Gestão de
158 Resíduos, e aí depois na Jurídica e Plenário. A gente tem procurado inclusive sugerir aqui à Câmara Técnica
159 que trabalhe com essas sugestões de dispositivos para resoluções ainda quando está na Câmara Técnica de
160 origem, porque aí tem uma condição mais tranqüila de ser absorvida e nem ser discutida em plenário. Agora
161 quando deixa para ir para a Câmara de Assuntos Jurídicos tem o problema de que ela não tem competência
162 para inclusão desse tipo de emenda que é uma emenda de mérito, sempre vai ser, ou mesmo no Plenário,
163 porque aí implica em negociações de Plenário para inclusão de emendas. Então, nós vamos ter que trabalhar
164 sempre com essa antecedência na inclusão de aspectos de Educação Ambiental nas resoluções em
165 tramitação. Aí a Cleide depois vai apresentar para vocês já alguns pontos referentes a isso na pauta. Outra
166 competência dessa Câmara são ações de Educação Ambiental nas políticas de conservação da
167 biodiversidade, zoneamento ambiental, licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente
168 poluidoras, gerenciamento costeiro, gestão de recursos hídricos, ordenamento de recursos pesqueiros, de
169 manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria da qualidade ambiental. Então mesmo nas políticas
170 a Câmara também pode sugerir iniciativas e ações. Bom, aí são competências de outras Câmaras Técnicas.
171 O site do CONAMA também tem aí. O site com as informações sobre todo o trabalho do CONAMA e das
172 Câmaras Técnicas, tem uma página especialmente sobre Câmaras Técnicas, os documentos disponibilizados
173 no sitio e então na página de Câmara Técnica e do Grupo de Trabalho sempre vai constar o nome do
174 coordenador no Grupo de Trabalho e vice-presidente e relator e também do técnico responsável. No caso
175 dessa Câmara Técnica, a Cleidemar e a Ruth que é suplente da Cleide nessa Câmara. E sempre na página
176 vocês encontram também convite e pauta da reunião, ata, relatório, resultado, lista de presença, toda a
177 documentação referente ao trabalho do CONAMA, e também no caso das Câmaras Técnicas. Aí o
178 detalhamento. Documentos disponibilizados também já falei. Bom, é isso. Essa apresentação inicial é
179 apenas para que a gente faça, vamos dizer assim, uma homogeneização aqui de informações sobre as
180 Câmaras Técnicas e sobre essa Câmara em especial, mas também está aberta aqui agora para eventual
181 esclarecimento ou dúvida que a gente possa fazer se algum conselheiro tiver ou algum participante da reunião
182 também que queira fazer algum questionamento. A Cleide e a Ruth também se tiver algo mais a acrescentar.

183
184 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

185
186 Para facilitar um pouco o trabalho e as informações que a gente tem que passar hoje, que são muitas, eu
187 trouxe impresso aqui os resultados da última reunião com algumas pendências já de assuntos que não foram
188 tratados nessa reunião. Eu trouxe também uma relação de todos os grupos de trabalho que estão vigente lá

189 na Câmara no CONAMA e trouxe também uma relação dos participantes desta Câmara Técnica . Então eu
190 vou distribuir em papel. Trouxe só para conselheiros, eu tenho uma ou duas cópias a mais só.

191
192 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

193
194 A Ruth está me lembrando também aqui do Regimento Interno que tem também disponível no site. Nós ainda
195 não fizemos e acho que vamos a qualquer momento fazer uma publicação bem feitinha para distribuir aos
196 conselheiros, porque a gente sempre que pensa em fazer uma publicação a gente lembra que tem uma
197 possível revisão do regimento em curso ou a caminho, e a gente fala vamos esperar a revisão para poder
198 publicar. Mas o regimento é uma peça fundamental de trabalho do CONAMA e então é importante sempre em
199 mãos ou pelo menos procurem acessar na Internet, no site do CONAMA, porque ele é instrumento
200 fundamental, mas é permanentemente alterado e aperfeiçoado, então é isso, não é? É só destacar isso. Lá
201 tem mais detalhes sobre o trabalho das Câmaras Técnicas, se qualquer um de vocês quiserem mais
202 informações. OK? Alguma dúvida, alguma observação sobre esse aspecto geral de Câmara Técnica ?
203 Senão vamos passar para o próximo ponto que é eleição do Presidente e Vice-Presidente da Câmara Técnica
204 . Então vamos passar. Bom, esse item da pauta, ele envolve seis procedimentos que são importantes,
205 primeiro a apresentação de candidaturas, a segunda é a defesa do candidatura e o candidato pode dispor de
206 até cinco minutos, se quiser, para se apresentar e distribuição de cédulas de votação. Temos cédula aí,
207 Cleide? Cédula de votação. Apuração dos votos, resultado da apuração, transferência da coordenação dos
208 trabalhos ao Presidente eleito. Nós vamos eleger hoje Presidente e vice-presidente da Câmara Técnica.
209 Algumas câmaras optam por eleger Presidente mais votado e o segundo mais votado como vice. A Câmara
210 de Biodiversidade, por exemplo, nem chegou a fazer uma eleição propriamente, foi apenas uma candidatura
211 que se apresentou. Foi apoiado e o vice também se apresentou, era o único e foi apoiado também, e daí
212 seguiu. Então pode ser bastante simplificado também o processo. Então, a primeira pergunta que eu faço aos
213 Conselheiros dessa Câmara Técnica, é qual de vocês ou quais de vocês se dispõem a presidir essa Câmara
214 Técnica e apresentam sua candidatura. Nós temos aqui em condições de se candidatar a OCA, a CNC não
215 está presente, a ANAMMA, o Governo da Bahia, o Governo do Ceará, o Ministério da Cultura e o Ministério
216 dos Esportes. Sabendo que para presidir a Câmara Técnica é necessário que seja o conselheiro titular ou
217 suplente. Então hoje, por exemplo, se nós elegermos aqui um Conselheiro que está representado nessa
218 reunião por uma pessoa que não seja Conselheiro titular nem suplente, na reunião seguinte o Conselheiro ou
219 titular suplente terá que se apresentar, porque a reunião só pode ser presidida por conselheiros. Então, nessa
220 condição estão aqui presentes como conselheiros está a OCA, que tem dois conselheiros presentes, o
221 Ministério da Cultura e o Ministério dos Esportes. Eu digo assim como conselheiro presente. Não quer dizer
222 que os demais não possam concorrer, mas na reunião seguinte tem que vir o conselheiro mesmo, titular ou
223 suplente. Quem se candidata?

224
225 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

226
227 Só um esclarecimento. Marcos, do Estado do Ceará. No caso, a vaga é institucional. Há uma representação
228 oficial. No caso eu fui indicado como representante, mas se por acaso o Ceará concorrer, quem virá a assumir
229 será o oficial ou o suplente?

230
231 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

232
233 Isso. Então todos podem se candidatar, mas só esclarecendo que numa reunião próxima, a gente pode até
234 hoje trabalhar com a presidência no caso de um representante, mas isso já não vai poder acontecer na reunião
235 seguinte, sempre o Conselheiro titular ou suplente presidindo pela instituição eleita, Presidente. Porque a
236 vaga é da instituição, mas o regimento nesse aspecto é muito claro, inclusive será designado para a função de
237 Presidente da Câmara um Conselheiro representando a instituição. Então como ali está muito explícito, não
238 tem como ser representante. Mas agora para se candidatar não tem problema, a gente admite a candidatura
239 da instituição precariamente funcionará a reunião hoje, nesse caso se for este caso com o representante
240 presidindo, não é isso? E na próxima reunião já terá que ser o Conselheiro. Então o Ceará está se
241 candidatando, Marcos?

242
243 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

244
245 Nós estamos aqui articulando. Ontem nós fizemos uma reunião do nosso Conselho Estadual do Meio
246 Ambiente e lá nós temos também uma Câmara Técnica de Educação Ambiental e discutimos uma questão
247 que parece nesse momento... parece não, temos certeza, pelo menos lá no Ceará que o Bioma Caatinga
248 precisa ser melhor discutido, melhor compreendido e melhor trabalhado. O Cerrado, Amazônia e outros até
249 por uma questão de visibilidade já o tem. Lá no Ceará nós estamos fazendo todo um esforço nesse sentido.
250 Estamos agora mesmo articulando com Piauí, Pernambuco e os estados mais ligados imediatamente a uma
251 parte de Minas Gerais também do semi-árido no sentido de fazer essa articulação e tentar ocupar alguns

252 espaços no âmbito nacional. Dentro da nossa estrutura estadual temos uma estrutura voltada só para essa
253 questão do semi-árido e especificamente da Caatinga. Então nesse sentido eu estava até conversando com o
254 pessoal da Bahia e do Ministério, talvez fosse interessante uma participação do Estado do Ceará. Eu não
255 definiria qual, mas talvez fosse interessante. Eu não conversei muito com a Bahia, talvez fosse interessante
256 aprofundar mais isso para não ficar uma coisa individual ou só estadual.

257
258 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

259
260 Bom, os demais conselheiros, algum conselheiro se candidata para presidir a Câmara Técnica ?

261
262 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

263
264 Eu gostaria de dar uma palavrinha. Olha só, nós estamos vivendo um momento muito importante na
265 conjuntura do Estado. Um momento assim bem especial, porque historicamente a gente vem de um modelo e
266 agora estamos no momento de um salto qualitativo e bastante em consonância com a Política Nacional em
267 todos os aspectos falando; e dentro do estado hoje, a gente implementa política no campo de Educação
268 Ambiental. Daí, dialogando com o sistema de Educação e meio ambiente diretamente com os dois Secretários
269 para montar essa estrutura para enraizamento da Educação ambiental, porque nós somos 26 territórios, são
270 417 municípios. A gente está lá fortemente com o programa nacional de capacitação de gestores já em
271 andamento e então a gente já tem alguns elementos e alguns instrumentos para poder estar fortalecendo essa
272 política como um todo. E nesse momento agora, essa semana, a gente está com uma formação de
273 educadores junto com a professora Michele Sato, que nesse momento nos dá condições... Nós fizemos uma
274 SEAM de Educação Ambiental, somos 28 representações e, nesse momento, a gente faz uma ampliada com
275 65 pessoas para pensar Educação no Estado e o enraizamento do mesmo. Então são possibilidades aí e
276 participando nesse momento também, porque tem muitos anos que a Bahia está longe da Câmara Técnica de
277 Educação Ambiental e então está tudo, vamos dizer assim, caminhando para desaguar nessa grande
278 passagem, sendo que dentro de uma estrutura que a gente acredita forte e consistente. Pode estar indo
279 pequenininho e tudo mas pezinho no chão, início, meio e fim, num processo de alcançar o que a gente tanto
280 deseja que é a consonância com a Política Nacional e implementação. E então dessa forma a gente também
281 se coloca à disposição.

282
283 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

284
285 Bom, então nós temos aqui uma candidatura para a presidência do Estado da Bahia e do Ceará, pelo que eu
286 entendi vamos dizer assim que o Ceará se dispõe a ser Presidente ou vice aqui nessa Câmara Técnica ? Eu
287 entendi bem ou entendi demais?

288
289 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

290
291 Eu preferia até conversar mais com a Tita, porque nós temos por exemplo o Ceará foi agora no PNC, o Estado
292 que mais se destacou, conseguimos 184 municípios atingir mais de 120. Aqui o Ministério da Educação sabe
293 que nós nas Conferências Infante Juvenis inclusive o gráfico mostra o que o Ceará conseguiu. Isso não quer
294 dizer que nós tenhamos um Sistema Estadual do Meio Ambiente bem estruturado. Ao contrário, nós tínhamos
295 um sistema do ponto de vista institucional extremamente fragilizado, porque nós tínhamos a SOMA que era a
296 secretaria geral do meio ambiente, que não tinha uma estrutura técnica capaz de dar resposta aos problemas,
297 às temáticas e questões. Ao assumirmos agora e foi também uma mudança porque se lá retiraram o Antônio
298 Carlos Magalhães lá nós derrotamos o Tarso, o que dois são coronéis, e estamos no governo de coalisão, eu
299 sou do Partido Verde, junto com o PT e outros partidos e estamos na perspectiva de realmente construir uma
300 política pública de Educação Ambiental. Temos o programa, foi um dos primeiros programas do Brasil, o
301 Programa de Educação Ambiental e estamos agora construindo a política. Sabemos da dificuldade, mas eu
302 queria destacar, não é que a Bahia não seja Nordeste, mas ela entra numa parte já meio Norte, vamos dizer
303 assim. Nós precisamos ter e queria chamar muita atenção disso, precisamos ter, do ponto de vista da
304 Educação Ambiental, mas digo até fugindo da Educação Ambiental, um olhar diferenciado para o Semi-Árido e
305 para a Caatinga. Nós temos lá ONGs, uma Associação Caatinga, nós temos lá um esforço e estamos agora
306 tendo um esforço muito grande no sentido até de dizer olha estou aqui. O Governo Lula fez uma menção
307 muito boa nesse sentido, criando aí uma estrutura, inclusive institucional dentro do Ministério do Meio
308 Ambiente que nós temos, temos que dialogar com isso e eu não estou falando em nome do Ceará, estou
309 falando de uma parte do Brasil que tem um bioma característico e que precisa ter uma Política de Educação
310 Ambiental que leve em consideração isso. E, inclusive fizemos um documento de três laudas, mas já procurei
311 aqui e não consegui achar, fortalecendo isso, quer dizer, qual seria a importância de uma articulação do
312 Nordeste em relação a essa Câmara que tivesse esse objetivo. Claro que não é só para isso, mas nacional.
313 Então nesse sentido que eu coloco o nome do Ceará. Nós não tivemos essa conversa que eu acho que se a
314 gente conversar aqui chegamos a um bom termo. Já que a Bahia tem ocupado alguns cargos nacionais e o

315 Ceará tem compreendido até porque a estrutura institucional da Bahia ela é muito fortalecida, sabe? É uma
316 estrutura modificada e acho que superior a muitas partes do Brasil. Então é nesse sentido que eu falo.

317
318 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

319
320 Bom, nós temos então duas candidaturas pelo o que eu estou entendendo aqui com a possibilidade de ou de
321 darmos aqui uns três a cinco minutos para Bahia e Ceará, conversarem um pouco ou vamos para o voto
322 também. Aí como os Conselheiros entenderem que seja. De qualquer forma, eu quero dizer assim. São só
323 os dois mesmo que estão se candidatando? Não temos mais candidatos para a presidência? Vamos fazer
324 separado. Presidência e depois a gente faz para vice.

325
326 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

327
328 Olha só, eu não queria muito entrar nesse campo de disputa, eu acho que a gente não está aqui para isso,
329 muito pelo contrário. Porque quando a gente trata da Educação Ambiental e os princípios que a gente trabalha
330 a gente tem que dar uma coerência ao propósito e fala da gente, e o que a gente acredita. Está colocado isso,
331 eu acho que é importante e acho que é uma coisa para todo mundo e acho que esse Conselho é uma coisa
332 que deve ir para todos, é o que a gente busca mesmo, é política pública e quando a gente fala em política
333 pública a gente está abrindo, e acho que todos os processos, eu conheço bastante os processos de todos os
334 estados, e venho acompanhando isso junto com o órgão gestor a nível nacional. Enfim, eu estou colocando
335 mesmo uma forma que a gente teria de contribuir por esse momento especial que a gente está acreditando.
336 Agora eu não queria entrar nessa coisa da disputa, eu estou só apenas me sentindo... Acho que não é nem o
337 caso.

338
339 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

340
341 Só para a gente tirar essa dúvida, nós podemos já fazer a votação, todos tem cédulas, nós temos as duas
342 candidaturas, Ceará e Bahia, são duas candidaturas de relevância e importância. São dois estados que
343 realmente têm trabalhado de forma consistente na área da Educação Ambiental, temos dois representantes
344 aqui nessa reunião. Para a gente ter uma idéia nós temos dois estados que estão com representantes aqui
345 nessa reunião de hoje já com uma relevância significativa. Imagina quando chegarem os Conselheiros. Então
346 acho que a gente tem que considerar mesmo boas candidaturas. Agora só temos que ver se fazemos a
347 eleição imediatamente.

348
349 **Enerly M. Cézar Batista - DEA/SEMMA-GO**

350
351 Nós gostaríamos de estar colocando também, sou Enerly da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de
352 Goiânia aqui representando a ANAMMA. Nós gostaríamos de estar considerando também o Ministério da
353 Cultura, porque eu acho que por ser daqui, por ser daqui mais de fácil acesso também, então a gente gostaria
354 de estar colocando também embora, ele não tenha se manifestado. O Ministério da Cultura.

355
356 **Rogério José Dias - Ministério da Cultura**

357
358 Eu sou Rogério, Conselheiro do Ministério da Cultura e não me apresentei como candidato à presidência
359 dessa Câmara Técnica, primeiro porque o meu tempo está muito curto, eu estou demasiadamente ocupado.
360 A minha suplente não se encontra nem em Brasília no momento, está no Acre, a outra suplente também não
361 se encontra. E a nossa instituição como um todo está em greve. Então, eu até vim nessa reunião ontem
362 porque a Queila do Acre me comunicou, através do nosso Nilo deixou o telefone. Eu acho que seria
363 importante realmente para o Ministério da Cultura participar dessa comissão técnica, mas no momento a
364 presidência, nós não estamos em condições de assumir. É um trabalho que demanda muito esforço, muito
365 tempo, eu sei das responsabilidades disso, e não tenho condições nesse momento como Conselheiro, e
366 acredito que a minha suplente a Queila, dificilmente também teria condições. Eu estou vendo a colocação de
367 dois Estados, o do Ceará e da Bahia. Eu acho que estão... Bom, não sei se posso falar, eu tenho feito alguns
368 trabalhos, porque eu trabalho na área de licenciamento ambiental referente à patrimônio cultural e
369 arqueológico e tenho visto que ambos os Estados tem tido nessa área em termos de Educação, eu não diria
370 nem tanto só ambiental, porque a nossa área a gente trabalha com o que a gente chama de Educação
371 Patrimonial, que seria assim como que uma parte do que seria Educação Ambiental como um todo em
372 determinados empreendimentos e que a gente dedicaria, a gente atua especificamente nas questões culturais,
373 na questão da preservação mais especial do patrimônio arqueológico. Eu tenho visto esses dois Estados que
374 pelos tipos de projeto que a gente tem acompanhado, que ambos os Estados têm feito um bom trabalho nessa
375 perspectiva e o que eu senti em acompanhar mais, foi na Bahia quando nós com uma série de projetos que
376 existe, principalmente na área do extremo sul da Bahia que é tombada pelo IPHAN e se não me engano, eu
377 acho que o IPHAN local através da sua auditoria já trabalhou com esses projetos isso no Estado da Bahia.

378 Isso recentemente, é um processo que começa a retomar uma atuação e então é o que mais conheço por aí.
379 E por outro lado do Ceará nós temos um interesse muito forte como Ministério da Cultura por causa daquele
380 grande empreendimento da nordestina e nós temos tentado através de medidas mitigadoras e compensatórias
381 no que se refere à questão do empreendimento. A gente quer dinamizar essa área em termos de Educação
382 Patrimonial, especialmente na área de Santana do Cariri, ali perto da chapada do Ariripe. Então eu acho que
383 dos candidatos extremamente fortes e não sei como desempatar isso. Mas é uma questão, se vai ter voto isso
384 é uma questão com o pessoal. É minha primeira reunião em Câmara Técnica, de repente estou extrapolando
385 o que eu devia estar falando. Eu agradeço aí. Agradeço a colocação da companheira que colocou ali a
386 respeito do Ministério da Cultura, seria importantíssimo, mas no momento nós não temos condições. Eu não
387 tenho essas condições e para assumir isso eu não conseguiria assumir essa responsabilidade. Mas procurarei
388 sempre estar presente, ou eu ou minha suplente, nas reuniões aqui da Câmara Técnica no que for possível a
389 gente contribuir em alguma coisa. Muito obrigado.

391 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

392
393 OK. Já que houve essa apresentação não há problema nenhum, Rogério porque você não fez campanha nem
394 para um nem para outro, se bem que a gente poderia ter feito a gente poderia abrir um momento de reflexão e
395 de campanha. Você só aumentou a responsabilidade dos dois candidatos e aumentando também o link
396 porque eu acho que sem dúvida nenhuma o Ministério da Cultura seria ótima representação na presidência
397 dessa Câmara. Mas eu reconheço e acompanho bem o trabalho do Ministério da Cultura e sei que o momento
398 para eles agora presidirem é delicado, mas para participar você viu que é fundamental a presença da Cultura
399 aqui é bastante bem recebida. E assim como o do Ministério dos Esportes também, nós vamos ter com
400 certeza uma contribuição boa aqui dos dois Ministérios. Bom, eu quero, para não precipitar nada, eu quero já
401 fazer uma sugestão para vocês do seguinte. Vamos verificar se nós temos candidatos a vice nessa Câmara
402 Técnica. Eu acho que também pode ser uma informação importante. No caso Cultura também nem a vice
403 está pleiteando, é isso Rogério?

405 **Rogério José Dias - Ministério da Cultura**

406
407 Não deu para eu consultar nenhum dos meus pares, eu estou sabendo que da situação que temos e nós
408 vamos para 35 dias de greve.

410 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

411
412 Está tranqüilo. Dos outros conselheiros aqui, OCA, se apresenta para a vice presidência? OCA se apresenta
413 para a vice presidência? Quer fazer uso da palavra?

415 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

416
417 A OCA é uma OSCIP ela está localizada em Alto Paraíso do estado de Goiás e nós já viemos desenvolvendo
418 um trabalho lá há doze anos e nossa base de atuação é Saúde, Educação e Meio Ambiente. No nosso
419 entender as três coisas são interligadas. Não existe Meio Ambiente sem Educação e muito menos Educação
420 sem Saúde, então nós viemos desenvolvendo esse trabalho, e como é o caso dos Cursos de Agrofloresta que
421 nós desenvolvemos e é um modelo que vem sendo usado pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério de
422 Integração Nacional que já têm feito esse trabalho conosco. Nós também temos um outro projeto que chama-
423 se Quintais Verdes que até recebemos um prêmio do estado de Goiás. Esse trabalho é um trabalho em cima
424 das crianças em situação de risco, que são encaminhadas pelo Ministério Público para alguma ação e nós
425 catamos essas crianças e damos alguma forma de educação dentro desse princípio de Saúde e Educação e
426 Meio Ambiente. E nossos objetivos também têm sido desenvolver a Universidade Livre do Cerrado que é um
427 braço da OCA Brasil e já teve várias ações em parceria com a Unesco e com a Universidade São Marcos em
428 São Paulo e fizemos cursos, estivemos como abrindo essa sessão o eminente professor doutor Paulo
429 Nogueira Neto, representante da Unesco e foi o curso com certificação. Ou seja, aqueles que participaram
430 receberam 48 horas de documento certificado pela própria Universidade de São Marcos, com representantes
431 também da UFG, professor Ângelo Rizzo que foi também um dos que abriu a sessão da Universidade Livre do
432 Cerrado, a professora Mary Baiorque também. E nesse sentido nós tentamos desenvolver a Educação como
433 um fator que seja amplo na Saúde também e no próprio meio ambiente através da criança, do adolescente e
434 dos cursos que podem ser desde cursos de pós-graduação, podem fazer parcerias com a Universidade de
435 Brasília, Universidade de São Paulo e qualquer estado, mesmo na América do Sul ou até de outros biomas
436 como a própria savana africana, que é nossa parceira lá. Então, o objetivo é expandir isso de uma maneira
437 grande. Então essa é nossa colocação. Estamos aí querendo colaborar com os governos, com as políticas
438 públicas e fazer nosso papel como terceiro setor e como OSCIP de poder estar ajudando naquilo que for
439 possível. Se a Ana quiser completar alguma coisa também?

440

441 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

442

443 OK, obrigado. Esportes e ANAMMA, algum de vocês se candidataria a vice nessa Câmara? Não? Então nós
444 temos duas candidaturas a Presidente e uma candidatura a vice-presidente. Consulto aqui os membros da
445 Câmara sobre o procedimento. Fazemos imediatamente a eleição para Presidente, em seguida definimos a
446 vice? ANAMMA está sugerindo o voto já? Vamos ao voto. Bahia e Ceará estão de acordo? Então vamos
447 fazer primeiro então? .

448

449 **Rogério José Dias - Ministério da Cultura**

450

451 Eu não estou acostumado a esse tipo de eleição em Câmara Técnica, geralmente o candidato a Presidente e
452 o vice podem estar constituindo como tendo uma proposta um projeto de atuação em comum, não é o caso
453 aqui. De repente vamos supor, a Bahia estaria sendo candidata a Presidente com o vice dentro de um projeto
454 nacional. O Ceará dentro de outro tipo de Projeto Nacional também, então eu gostaria de entender isso
455 porque é importante que quem for o vice do candidato eles estejam azeitados e afinados dentro desse projeto.
456 Assim também me referiria se os companheiros que se lançaram candidatos a vice em qual dos dois projetos
457 ou se há diferenciação entre eles, eles estão mais identificados. Isso facilitaria até para nós o nosso projeto de
458 votação.

459

460 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

461

462 Bem, nós estamos aqui numa Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de Educação
463 ambiental, sou Ana da OCA Brasil. A contribuição que a OCA pode oferecer é não só para valorizar o bioma
464 Caatinga como o bioma Mata Atlântica mas os demais biomas do país. Temos a possibilidade e a capacidade
465 de auxiliarmos nessa vice presidência com a maior tranqüilidade. Auxiliar num processo de construção de
466 diálogo entre a sociedade civil organizada e também nos sentimos plenamente à vontade na articulação
467 governamental. Não tenho temor algum de sustentar essa candidatura à vice-presidência e desenvolver um
468 trabalho a contento na presidência agora levantada, seja Ceará ou Bahia.

469

470 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

471

472 OK, doutor Rogério. Acho que não facilitou muito continuamos com dois candidatos fortes à presidência até
473 na visão do futuro vice. Então vamos ao voto. Acho que é tranqüilo na Câmara Técnica a função de
474 Presidente só para lembrar que é importante isso aí, pelo regimento o Presidente da Câmara Técnica ele
475 conduz as reuniões da Câmara Técnica, ele podem plenária muitas vezes requisitar matérias que já estão em
476 plenário para retornar à Câmara Técnica, e tem uma função importante no andamento dos trabalhos da
477 Câmara, mas também não é assim tanto poder. O Presidente de Câmara Técnica, na verdade ele depende
478 essencialmente da colaboração dos membros da Câmara Técnica, até para poder viabilizar a reunião porque
479 se não tem quatro membros pelo menos a reunião não se estabelece e não acontece, mesmo que o
480 Presidente seja quem seja. Então é muito no fundo é um pouco assim não é tão expressiva a função de
481 Presidente em Câmara Técnica, mas é importante, porque conduz o trabalho da Câmara e tem essa
482 prerrogativa em plenário. Me lembro desses dois aspectos do regimento. E relatar, ele relata também em
483 plenário as matérias que vem da Câmara Técnica para o plenário do CONAMA também, são as três funções
484 essencialmente, e pode ser exercida também pela vice-presidência no caso de ausência do Presidente. Então
485 vamos lá. Então, vocês já estão com o voto. Tem uma cédula para Presidente. Dois candidatos à presidência
486 que é representando aqui o Estado da Bahia e um Representante do Estado do Ceará. Como ambos são
487 ABEMA, então na verdade seja qual for eleito, tenho certeza que vão continuar trabalhando em colaboração,
488 porque representam no CONAMA a mesma instituição nacional que é a ABEMA, a Associação Brasileira de
489 Entidades de Meio Ambiente Governamentais, dos Governos Estaduais, essa disputa nem chega a ser uma
490 disputa, está muito tranqüila.

491

492 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

493

494 O Presidente no caso aqui já assumiria os trabalhos hoje, é isso? Já discorreria durante a pauta de hoje, né?
495 Com assessoria do lado, se for o caso, né?

496

497 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

498

499 Sim. Na próxima reunião é que a gente vai ter que trabalhar com um dos Conselheiros, seja da Bahia, seja do
500 Ceará. Um deles ou o titular ou suplente, terá que vir ou se um de vocês for nomeado suplente até lá ou
501 titular.

502

503 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

504

505 Essa nomeação é feita pelo próprio órgão de origem?

506

507 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

508

509 Pelo próprio órgão de origem, em nome do Governador, é o Chefe de Gabinete do Governador que faz a
510 indicação em nome do Governador ou por ofício do próprio Governador porque a vaga a rigor é do Governo do
511 Estado no CONAMA. Isso é tranquilo. Bom, então vamos lá. Todos já tem a cédula para Presidente. OCA
512 quer falar?

513

514 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

515

516 Nilo, eu só queria esclarecer que a OCA é Representante da Região Centro-Oeste e na cédula consta como
517 região sul.

518

519 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

520

521 Tudo bem, depois a gente corrige isso, mas vocês desconsiderem a Região Sul, é Região Centro-Oeste. A
522 OCA é de Alto Paraíso. Então muito bem, está aberta a votação podemos votar e depois já recolhemos o
523 voto. Primeiro Presidente ou já vota vice também? Eu acho que pode votar vice também, porque a
524 candidatura é única. Todos votaram? Todos entregaram a cédula? Nós vamos fazer inicialmente a apuração
525 de Presidente. Eu vou pedir, Cleide que você vá anotando. Bom, para vice-presidência então um voto para a
526 OCA Brasil. O segundo voto também para a OCA Brasil. O terceiro também... perdão. Acho que aqui tem um
527 erro, porque tem um voto para o Governo da Bahia para vice-presidência. OCA Brasil, vice-presidência. OCA
528 Brasil, vice-presidência e OCA Brasil, vice-presidência. Então, são cinco votos para a OCA Brasil e vou pedir
529 para a ANAMMA me dar um auxílio que pela minha contagem são cinco para a OCA Brasil e um para o
530 Governo da Bahia. É isso, né? E para Presidente, então nós temos o primeiro voto para o Governo da Bahia.
531 O segundo voto também para o Governo da Bahia. Terceiro voto, Governo da Bahia. Aqui tem para
532 Presidente o Governo do Ceará. O quinto voto vai para o Governo da Bahia e o sexto voto para o Governo do
533 Ceará. Então, pela minha contagem, são dois para o Ceará e quatro Bahia. OK. Bom, então nós vamos ter
534 na presidência dessa Câmara Técnica pelo período de dois anos o Governo do Estado da Bahia, hoje aqui
535 Representado pela Maria Cristina, também conhecida como Tita e naturalmente contando com a colaboração
536 do Governo do Estado do Ceará com toda a experiência do nosso Governo do Ceará e na vice presidência a
537 OCA Brasil e eu acho interessante, porque temos governo na presidência e sociedade civil, ONG na vice
538 presidência, uma Câmara de Educação Ambiental eu acho até que é de bom tom que tenha governo e não
539 governo participando na condução. Então, quero parabenizar a eleição de ambos e o Estado do Ceará
540 também por ter competido aqui fraternalmente e com certeza vai seguir colaborando e quero já imediatamente
541 passar a condução da reunião para a presidenta eleita aqui no ato que é a Tita e dar os parabéns à ela e já é
542 nossa colaboradora de longa data. Eu acho que hoje a Bahia está bem representada aqui com a Tita, nós já
543 temos um contato já de longa data e eu até me controlei bastante para não fazer campanha nem para um nem
544 para outro, porque embora eu conheça a Tita de longa data o Ceará é um Estado que realmente, pelo menos
545 nos programas que a gente tem visto lá de capacitação agora de gestores, eu participei lá e voltei assim de lá
546 encantado com a organização que foi feita e o trabalho da capacitação foi muito bom mesmo, participação
547 super ativa do Estado e a gente está com uma parceria muito grande com o Ceará. Então fiquei aqui me
548 segurando na dúvida, duas boas representações, mas acho que vamos seguir com um trabalho bem bom
549 nessa Câmara contando com a participação dos senhores. Tita, vou passar a palavra para ti e já pedir
550 desculpas a todos os senhores, porque eu vou ter que ficar mais um pouquinho aqui e me ausentar para
551 outras tarefas no CONAMA.

552

553 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

554

555 Eu queria ver aqui com vocês os procedimentos dos trabalhos. Então olha só, gente, a idéia seria então fazer
556 a abertura dos trabalhos fazendo a leitura anterior. Todos nós aqui, é a primeira, o Ministério dos Esportes é a
557 primeira reunião, Cultura também? Só o pessoal do MMA e do MEC e aqui do Ministério que já vem. Então,
558 vamos ler para a gente tomar pé aqui. Verificada a existência do quorum, a Presidente abriu a décima
559 solicitando uma rodada de apresentação dos membros presentes e vencer a pauta em toda a sua extensão.
560 Os membros da Câmara Técnica presente, o pessoal ONGs do Norte, Confederação Nacional da Indústria, o
561 Ministério da Cultura, suplência titular da Cultura, Ministério da Educação suplente e o Conselho Nacional de
562 Comandantes Gerais das Polícia Militares e Bombeiros Militares. O Ministério da Educação, Ministério Público
563 Federal, Exército Brasileiro, Ministério dos Transportes, PATRI, Relações Governamentais e Políticas
564 Públicas, Ministério do Meio Ambiente CONAMA e o Ministério do Meio Ambiente Mariana Mascarenhas
565 Diretora de Educação Ambiental. A ata e a transcrição foram aprovadas sem alteração. A reeleitura da
566 proposta de atuação para a Câmara Técnica de Educação Ambiental foi feito um resumo dos principais

567 resultados na décima reunião ampliada realizada em conjunto com a comissão técnica, a Câmara Técnica de
568 Educação Ambiental do CONAMA, com a Câmara Técnica de Educação, Capacitação Mobilização Social e de
569 Recursos Hídricos e o Comitê Assessor do Órgão Gestor de Educação Ambiental, além da leitura apresentada
570 em Joinville com o objetivo de discutir os encaminhamentos necessários e as propostas dos integrantes desta
571 Câmara. Organização em Grupos de Trabalho, definição de coordenadores e relatores e divisão de tarefas
572 segundo as resoluções do Conselho Nacional em andamento em outras Câmaras Técnicas e Grupos de
573 Trabalho que tenham interface com a Educação Ambiental. Foram discutidas propostas para que seja
574 elaborado um plano de ação para uma articulação mais efetiva com participantes em grupos técnicos
575 temáticos, e ainda para que sejam buscados meios e alternativas para que essa Câmara Técnica possa
576 ocupar espaço nas políticas ambientais de outras Câmaras Técnicas e do próprio CONAMA. Foi um
577 pouquinho o que o Nilo falou, da interface aí, fazendo valer efetivamente a execução de Educação Ambiental
578 no país. Como proposta, a Câmara recomenda a indicação de coordenadores e relatores com divisão de
579 tarefas segundo a Resolução do CONAMA que estão em andamento nas Câmaras Técnicas e nos GTs e que
580 tenham interface com Educação Ambiental. A saber, estratégia de urgência para a ampliação da
581 Compensação Ambiental e Educação Ambiental, conforme a Lei 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o
582 Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dentre as prioridades estabelecidas no artigo 33 da Lei do
583 Sistema Nacional de Unidades de Conservação estão a regularização fundiária, a elaboração de planos de
584 manejo e de proteção de unidades de conservação, criação de outras unidades e finalmente a implantação de
585 Programas de Educação Ambiental. No entanto, a Educação Ambiental tem que estar mais fortalecida e tem
586 que haver transparência para sua aplicação, conforme esclarecimentos apresentados pelo representante do
587 IBAMA, existe espaço para dotação orçamentária para a Educação Ambiental dentro do SNUC, desde que
588 esteja atrelada ao plano de manejo da respectiva unidade de conservação. GT e Resoluções CONAMA em
589 andamento com pertinência para a E.A. Os Grupos de Trabalho foram agrupados em três aspectos e
590 indicados os coordenadores que acompanharão a elaboração das resoluções. O grupo 1 coordenado pelo
591 tenente-coronel Milton Paulo Bôer. O Grupo de Trabalho Termo de Guarda e Proteção Contra Maus Tratos a
592 Animais Silvestres, Grupo de Trabalho de Espécies Exóticas, grupo dois coordenado pela Confederação
593 Nacional da Indústria, Licenciamento Ambiental de Projetos de Reforma Agrária, Revisão de Resolução de
594 pilhas e baterias, e discussão sobre descarte final de pneus. Apresentações e coordenação por uma ONG a
595 ser indicada e Grupo de Trabalho de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação. Proposta de
596 criação de artigos padrão para regulamentar a E.A como política pública nas principais resoluções do
597 CONAMA. Foram discutidas propostas para recomendar diretrizes às campanhas, ações e projetos de
598 Comunicação e Educação ambiental envolvendo escolas públicas e privadas, que essa Câmara Técnica
599 levará ao CONAMA. Essas diretrizes deverão estar embasadas no princípio básico de fortalecimento da
600 Agenda 21, e deverão contemplar as particularidades regionais. Discussão sobre a proposta de seminário
601 inserção de E.A no Setor Empresarial. Não houve tempo disponível para tratar essa matéria que será pautada
602 na próxima reunião. Me parece que ela está aqui hoje ainda. O processo 478 recomendação da inserção da
603 dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais na administração pública não houve
604 também tempo e outro processo, proposta de recomendação para os Centros de Educação Ambiental e
605 proposta de Resolução para criação de Cadastro Nacional de Coletivos Educadores e informes também não
606 houve tempo. O representante da Argonauta registrou sua saída da Câmara Técnica após três anos de
607 atuação sendo substituído por uma entidade sediada no Marajó, Novos Curupiras. Encerramento às 17h30.
608 Acho que é isso. Está claro para todo mundo? Eu acho que está. É só um panorama geral.

609 610 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

611
612 O item 4.2, Grupos de Trabalho, Resoluções CONAMA. O grupo 3 isso vai ter que ser tudo refeito.

613 614 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

615
616 Tá, então o nosso primeiro ponto aí, então a gente está em que momento aqui? Indicação do relator da
617 Câmara. Então, a gente tem que fazer uma indicação do relator da Câmara e esse relator os dois anos
618 também? Dois anos. Quer falar sobre a função do relator?

619 620 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

621
622 Olha, a função de relator. Olha, o relator no Regimento está previsto no artigo 25 e diz o seguinte o parágrafo
623 segundo: - "Os presidentes das Câmaras Técnicas designarão entre os seus membros relator para as reuniões
624 e matérias que serão objeto de discussão e deliberação das mesmas. As matérias serão levadas à discussão
625 e deliberação das Câmaras Técnicas com base em parecer escrito e fundamentado dos relatores, ouvidos os
626 órgãos técnicos do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e ANA. Então a função de relator em Câmara
627 Técnica é essencialmente relatar mesmo, dar parecer e fundamentar sobre as matérias que são levadas à
628 discussão e deliberação da Câmara Técnica. Então, o relator também ele faz um relato, uma ata muito breve,
629 muito resumida, também é uma memória bem resumida da reunião, porque a gente tem a gravação de toda a

630 reunião, tem as notas de estenotipia também da reunião, e então para detalhes a gente já tem uma forma de
631 registro que é completa, mas para uma memória resumida aí o relator dá uma contribuição anotando e
632 repassando ao Presidente aos membros da Câmara Técnica. No início também de cada ponto de discussão
633 da reunião, de cada matéria em debate para a deliberação também o relator pode em caso de necessidade,
634 apresentar um resumo sobre aquela matéria em discussão para os Conselheiros poderem fazer o debate e
635 deliberar como bem informados. Isso é o que diz essencialmente o Regimento.

636
637 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

638
639 A gente gostaria então de abrir. Quem poderia estar se colocando nessa posição de relator. É entre os
640 membros.

641
642 **Enerly M. Cézar Batista - DEA/SEMMA-GO**

643
644 Eu gostaria de apontar o MEC.

645
646 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

647
648 O MEC não é membro.

649
650 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

651
652 Mas ele já se coloca na colaboração, até porque tem todo um histórico que a gente tem acumulado.

653
654 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

655
656 E aí, minha gente? Ninguém?

657
658 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

659
660 Deixa eu só explicar uma coisa. Na verdade relator de Câmara Técnica não tem tanto trabalho assim, apenas
661 realmente faz um resumo breve da reunião quando ele anota o que essencialmente aconteceu, e isso pode
662 contar com a colaboração também nossa da assessoria do CONAMA para algum detalhe e alguma coisa que
663 não anotou e não observou, a gente pode também complementar. E também no caso de relatar matérias é
664 apenas assim, antes da reunião sempre a nossa assessoria, no caso da Câmara a Cleide, ou faz contato com
665 o Presidente para poder acertar, inclusive a data da reunião, e pode eventualmente combinar com o relator. O
666 relator pode combinar com o técnico as matérias que entram na pauta, se ele faz uma breve introdução no
667 debate de cada matéria, e então não é uma função trabalhosa, e conta com apoio também da nossa
668 assessoria. ANAMMA está se dispondo? Então, está bom. Então a ANAMMA está assumindo então como
669 relator dessa Câmara Técnica, e pode ficar tranqüila que a gente colabora aí para que seja tranqüila essa
670 função. Nós vamos aguardar a Presidente retornar, mas enquanto ela não volta, apenas qual é o próximo
671 ponto agora? Já é Ordem do Dia.

672
673 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

674
675 Eu acho que podíamos aproveitar já que está sendo indicada a relatoria, a gente também tem uma
676 necessidade de ouvir o CONAMA tendo a indicação do CONAMA de um representante para participar do
677 Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Até hoje essa representação
678 está sendo feita, a indicação foi da OCA Brasil, é quem estava conosco nesse comitê e estou trazendo aqui
679 para a Câmara Técnica o questionamento, se a OCA Brasil continua, se mais alguém gostaria de participar do
680 Comitê Assessor. Eu já informo que a próxima reunião vai ser no dia 3 de julho, vai ser em Salvador e vai ser
681 integrada ao Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental. Então entre os dias 3 e 6, nós
682 vamos estar reunidos para discutir a questão de Educação Ambiental e o Comitê Assessor como assessoria
683 mesmo e órgão consultivo do Órgão Gestor da Política de Educação ambiental vai ter um papel bastante
684 relevante nesse encontro.

685
686 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

687
688 Então a gente poderia encaminhar o seguinte, se todos concordam da gente iniciar na verdade a pauta com
689 esse primeiro ponto aí, tudo bem? Todo mundo concorda de escolher na verdade um representante da
690 Câmara Técnica aqui do CONAMA no Comitê Assessor? Então está aberto aí para que isso aconteça.
691 Porque isso é bem operacional e acho que é legal já soltar rapidinho. .

692

693 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

694
695 Nós gostaríamos de confirmar o nosso interesse em permanecer como representante do CONAMA no Grupo
696 Assessor de Políticas Nacionais para Educação Ambiental.

697
698 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

699
700 Sem querer polemizar. Já que o Ceará, acho que quero dar esse depoimento, acho que a representação
701 baiana estamos mais do que convencidos até pelo processo democrático e já que a OCA está na vice-
702 presidência, eu queria colocar o Governo como representação, colocar o nosso nome como representação aí
703 na política, até porque eu acredito que essa relação Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação foi
704 muito positiva para a Educação Ambiental. Infelizmente lá no Ceará a gente ainda tem que azeitar mais essa
705 relação, então eu gostaria de colocar, não desfazendo da OCA, mas dar nossa contribuição aí.

706
707 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

708
709 Mais alguém, gente? Como é que faz, agora já tem duas na pauta? Tem uma sugestão aqui de que cada um
710 se pudesse se manifestar para que a gente pudesse entrar num consenso aí. Então vamos lá. .

711
712 **Rogério José Dias - Ministério da Cultura**

713
714 Rogério pelo Ministério da Cultura. Eu acho pertinente a colocação do nosso colega companheiro do Ceará, e
715 já temos na composição aí dos trabalhos como ele colocou o Governo representado e temos na vice uma
716 entidade que é a OCA, eu acho pertinente o pleito do nosso colega aí do Ceará, até porque as questões
717 importantes que nós temos lá no Ceará seriam fundamentais no mais próximo.

718
719 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

720
721 Bem, eu não gostaria de polemizar, mas eu gostaria de ressaltar a importância da representação da OCA,
722 enquanto única organização da sociedade civil aqui representada e a contribuição que isso representa na
723 interlocução entre setores e da possibilidade de costurar melhor como sociedade civil organizada essas
724 políticas. Então eu peço encarecidamente que isso seja considerado, o papel da vice é um suporte, eu
725 acredito que o estado da Bahia estará presente e atuante na sua função de Presidente, nós estamos aqui
726 unicamente para colaborar em eventuais ausências que eu acredito que serão muito poucas, e acho que
727 nossa permanência nesse comitê só vai abrilhantar e colocar em prática uma articulação necessária na
728 construção da Política Nacional de Educação Ambiental para o país. Então, eu mantenho sem desconsiderar
729 a candidatura do Governo do Ceará.

730
731 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

732
733 É até importante que sejam mudadas, que se faça esse rodízio porque é salutar, depois volta a OCA e tem
734 outra instituição, eu acho muito legal isso. O Ceará ele tem um problema que é bem interessante, lá nós
735 fazemos coisas interessantes, assim, por exemplo, eu fui agora às 32 articulações da Conferência Infante
736 Juvenil, eu fiquei impressionado, mas são coisas que ficam muito dentro do Estado e acho que a gente poderia
737 divulgar um pouco mais. Então o atual governo está muito preocupado que a gente faça essa articulação.
738 Então, não é desconsiderando, é até bom que se faça esse rodízio mesmo e que tenha esse trabalho, para
739 que a gente possa agora não só eu, acredito que não seja só estadual.

740
741 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

742
743 Eu tenho uma questão de ordem. Desculpa, eu esqueci de fazer um esclarecimento. Nós precisamos de um
744 representante, e também um suplente, então ambos podem estar articulando, podem até se revezar na
745 participação das reuniões do Comitê.

746
747 **Enery M. Cézar Batista - DEA/SEMMA-GO**

748
749 Nós gostaríamos de fazer uma sugestão, uma proposta em que colocasse em votação esse representante do
750 comitê gestor e o suplente, no caso.

751
752 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

753
754 Inicialmente queria valorizar esse fórum tão importante e considerar, eu gostaria de sugerir que não
755 necessariamente podemos partir para o pleito, a votação. Eu acho que há diálogo suficiente aqui e acho que

756 estou bastante feliz com a representação aqui, um clima super agradável, os representantes todos são
757 extremamente capazes e parabenizar o excelente trabalho da OCA, mas eu reitero a opinião do nosso
758 camarada Rogério que ele sugeriu, o Ministério dos Esportes não se candidatou às vagas que estiveram
759 apreciadas aqui, mas não se engane da nossa grande participação e da importância que nós temos nesse
760 importante Fórum de Educação Ambiental. Então, eu reitero isso, eu acho que a gente tem muito diálogo e
761 ainda dá para a gente entrar num consenso.
762

763 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**
764

765 Eu acho que não teria necessidade de um novo embate, eu acho que aqui já há um consenso em relação a
766 isso, a OCA assume a vice-presidência, nós temos interesse de trabalhar, esse é o nosso interesse. Agora, se
767 existe a possibilidade, a gente pode ir, eu acho que é até salutar que a gente faça essa mudança, esse rodízio,
768 que eu acho muito importante. E eu quero é levar a OCA para fazer um trabalho no Ceará e vice-versa e está
769 bom e a Ana já está toda com artesanato cearense, e acho que até ela vai votar no Ceará também.
770

771 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**
772

773 Bem, como os senhores sabem nós compomos o Cadastro Nacional das Entidades Ambientistas, nós
774 estamos aqui representando as entidades do Centro-Oeste. Eu gostaria, eu acredito que o trabalho em
775 parceria com o Ceará, com um histórico de iniciativas mais do que salutar, entretanto, eu gostaria de ressaltar
776 a importância de que a OCA assuma a presidência e o Governo de Estado a vice-presidência. Até em
777 contrapartida uma vez que o Governo de Estado, a área governamental é representado e a OCA assume a
778 vice-presidência na Câmara Técnica. Então nesse momento a gente fazer uma inversão e dar a possibilidade
779 de que a sociedade civil esteja representada, tenha esse ganho. Nós estamos num espaço em que as
780 conquistas sociais são relevantes, e eu acho que isso deve ser considerado uma vez que o espaço da
781 presidência está sendo ocupado por um órgão governamental e a vice-presidência nessa Câmara é de uma
782 não governamental, a gente inverter dar a presidência a uma não governamental e a vice a uma organização
783 governamental só para manter o equilíbrio da balança e a gente seguir.
784

785 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**
786

787 Mas a sociedade civil já está lá na articulação. Inclusive todas as articulações você tem uma representação de
788 sociedade civil, não estou aqui, vamos dizer assim, discordando disso. Ao contrário. Eu acho que a gente
789 poderia até fazer um revezamento, o Governo de estado poderia assumir agora e depois vocês assumem já
790 que vocês já vinham, o Governo de Estado assumiria agora e depois vocês assumiriam, isso é uma questão
791 da gente conversar e chegar a consenso. Eu acho que não tem necessidade da gente ir para essa questão. O
792 Ceará vai abrir mão se tiver algum detalhe desse tipo. A proposta é muito simples, a gente assumiria, depois
793 vocês assumiriam nesse revezamento sem problema nenhum. Já existe sociedade civil lá, é isso que estou
794 querendo dizer.
795

796 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
797

798 Eu queria sugerir o seguinte, se dá para a gente compor, a OCA e o Governo do Estado do Ceará dá para
799 chegar num consenso aí, é possível de quem vai estar na frente? Se não tiver a gente poderia titular e
800 suplente senão a gente abre para a ANAMMA que a gente não ouviu ainda. Eu estou consultando vocês dois,
801 se é possível um acordo aí da decisão da apresentação.
802

803 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**
804

805 Eu acho que é uma questão colocada. Eu acho que o grupo poderia estar colaborando.
806

807 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
808

809 Então eu acho que a gente poderia sugerir aqui, a gente ouviu a Cultura, já ouviu Esportes e poderíamos ouvir
810 ANAMMA, e quem está no caso decidindo aqui hoje enquanto voto. Então, a gente poderia conversar um
811 pouquinho com ela para ver se ANAMMA... já ouvimos. Eu estou sugerindo que a gente novamente ouça a
812 Cultura. Então, vamos lá bem rapidinho. Cultura, Esportes e ANAMMA e daí a gente avança.
813

814 **Rogério José Dias - Ministério da Cultura**
815

816 Bom, Rogério Dias, Cultura. Estou entendendo que essa questão do suplente e titular não é uma questão de ir
817 para votação. Praticamente isso já está definido. Já que vocês estão fazendo votação em aberto, eu acho
818 que é importante dado o trabalho do pessoal do Governo do Ceará estar no titular disso e o nosso pessoal da

819 OCA na suplência, dentro do processo desse que eu acredito que vai acabar tendo rodízio mesmo, porque em
820 alguns momentos, até porque como o pessoal da OCA está aqui em Brasília, está aqui próximo, praticamente
821 eles estarão em quase todas as reuniões o que seria de maior dificuldade para o pessoal representando o
822 Ceará, e então eu fico com o Governo do Ceará e com a suplência da OCA.
823

Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo
824
825

Eu me sinto contemplado.
826
827

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
828
829

Você se sente contemplado com a fala da Cultura, é isso? Tudo bem.
830
831

Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo
832
833

Sim, e reitero que temos excelentes candidatos, mas reitero a fala da Cultura, embora o discurso da Ana
834 também foi ótimo, mas sem desfazer de ninguém, de todos os candidatos, a importância da OCA eu não
835 saberia nem dizer.
836
837

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
838
839

Vamos lá, ANAMMA.
840
841

Enerly M. César Batista - DEA/SEMMA-GO
842
843

Nós gostaríamos de reiterar a fala do Ministério da Cultura, queremos também apontar como titular o Ceará e
844 como suplente a OCA.
845
846

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
847
848

OK. Então eu acho que...
849
850

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA
851
852

Só para esclarecer considerando que a OCA está mantendo sua candidatura e isso implica também um voto e
853 o Ceará mantendo também isso implica em que o voto do Ceará é pela titularidade do Estado do Ceará e a
854 suplência da OCA. Então, nós temos quatro votos para a titularidade do Ceará e um voto para a titularidade da
855 OCA, os outros votos são para suplência, então dá quatro a um, e nesse caso eu acho que está decidido. A
856 Presidente pode se liberar naturalmente se quiser de se manifestar.
857
858

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
859
860

Então eu acho que está tranquilo. Então eu acho que a gente fica aí com o Ceará assumindo a frente a
861 titularidade e a suplência a OCA na representação do comitê assessor. Então vamos lá, estou doida para
862 entrar nos pontinhos.
863
864

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA
865
866

Eu vou até aproveitar para me despedir e agradecer muito a vocês e pedir desculpas por não poder ficar.
867
868

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
869
870

Nilo, eu queria agradecer a confiança também de estar assumindo aqui esse espaço e eu vou bater muito na
871 sua porta, viu? Pelo menos nesses primeiros meses aí com certeza, sem sombra de dúvida.
872
873

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA
874
875

Vocês vão contar aqui com assessoria das mais experientes que nós temos da equipe que é a doutora Cleide
876 e doutora Ruth de altíssimo nível, os outros também são, mas elas tem muita experiência.
877
878

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia
879
880

881 Está ótimo. Obrigada, Nilo. Eu queria só dar uma olhadinha na hora para a gente se situar. São 11h20 e o
882 nosso término é 13 horas, não é isso? Então olha só. Acho que o próximo ponto de pauta é a discussão
883 sobre a proposta de Seminário de Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresários e Trabalhadores. Eu
884 acho que a gente poderia fazer uma leitura rapidinho para dar uma nivelada como é que está isso e daí a
885 gente faz essa escuta e ver qual encaminhamento precisa ser dado. Então podemos? Então a gente tem aqui
886 uma idéia de iniciar, dar continuidade na verdade, iniciar uma leitura da carta de Rachel Trajber que é
887 Coordenadora Geral do MEC, da Educação Ambiental. Vamos lá então? .
888

889 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

890
891 É a carta de encerramento da presidência da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Então ela diz: -
892 “Gostaria de me desculpar por não estar presente nessa importante reunião que encerra o mandato do MEC
893 na Câmara Técnica, estou fora de Brasília participando de dois eventos ao mesmo tempo, mas o Conselheiro
894 suplente Luiz Cláudio Costa do MEC e a técnica Viviane Vazzi Pedro que nos acompanham desde o início dos
895 trabalhos me representam para em primeiro lugar dar as boas-vindas aos novos e novas participantes,
896 saudando também aqueles que permanecem. Agradeço a todos e todas pelo interesse, pela dedicação e pela
897 cumplicidade na tarefa de consolidar a Educação Ambiental nas políticas públicas. Nessa última reunião do
898 MEC na presidência dessa Câmara, entendemos que evidentemente o balanço nos dois últimos anos e sobre
899 o atual significado da atuação dessa Câmara na consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental e
900 na própria história da Educação Ambiental. Essa Educação ambiental da qual nós somos gestores,
901 protagonistas e responsáveis é múltipla, diversa e vem ocorrendo em inúmeras formas em todo o país e
902 acreditamos que essa Câmara Técnica é uma das iniciativas que podem ajudar o Órgão Gestor da Política
903 Nacional de Educação Ambiental composto pelos setores responsáveis pela Educação Ambiental no MEC e
904 no MMA a dar qualificação à Educação Ambiental fazendo com que as iniciativas correspondente necessária
905 nos múltiplos setores da sociedade, possam ser transformadas em políticas públicas de forma sistêmica e
906 algumas reuniões atrás essa Câmara sentiu a necessidade da revisão da dinâmica de sua atuação de forma
907 que lhe foram atribuídas pela Resolução que a criou que é a 327 de 2003. Não vem ao caso de agora dizer
908 novamente quais são as competências, o Nilo já apresentou, mas enfim nessas reuniões onde se ponderou
909 sobre a missão da Câmara Técnica do CONAMA constatou-se que é crescente a iniciação por inúmeras
910 legislações e resoluções do CONAMA, sendo necessárias as formulações de propostas e diretrizes por parte
911 dessa Câmara e para que a Educação Ambiental esteja presente de forma mais clara e qualificada, sendo
912 operacional nessas legislações. Com base nisso os participantes concluíram que essa Câmara Técnica deve
913 atuar na formulação de mecanismos normativos, que permitam concretizar a Educação Ambiental estruturante
914 em todo o país estando presente de forma transversal e substantiva nos diversos setores e políticas públicas
915 ambientais. Para exercício das competências da Câmara Técnica de Educação Ambiental dispostas no inciso
916 primeiro da Resolução que criou a Câmara, que se refere à propositura de indicadores de desempenho e
917 avaliação das ações de Educação Ambiental decorrente de política e projetos de governo. E também para o
918 inciso segundo, que é proposição de diretrizes para elaboração e implementação de Políticas e Programas
919 Estaduais de Educação Ambiental foi sugerida a atuação conjunta dessa Câmara com o órgão gestor da
920 Política Nacional de Educação ambiental e com o comitê assessor, esse no qual a OCA e o Governo do Ceará
921 estarão presentes. Nesse sentido esclarecemos que o MEC, enquanto integrante da política, assume estar
922 presente nas reuniões dessa Câmara Técnica na condição de participante, colaborando ativamente nas
923 referidas atividades. O Ministério do Meio Ambiente também, a Marília está aqui presente e assumiu com a
924 gente o mesmo compromisso. No tocante às competências da Câmara Técnica disposta no inciso terceiro que
925 é assessorar as demais Câmaras Técnicas da referida Resolução que é tornar Educação Ambiental presente
926 nas políticas públicas ambientais, decidiram que os Conselheiros da Câmara Técnica se articularão para
927 participar e atuar de forma contínua em Grupos de Trabalho do CONAMA com levantamento das Resoluções
928 que tenham interface com Educação Ambiental, participando efetivamente nas discussões daquelas
929 Resoluções que estão em andamento. Nesse sentido, foram eleitos temas prioritários a serem acompanhados
930 por subgrupos da Câmara Técnica. E entre esses temas destacamos três que julgamos de maior relevância
931 nesse momento, quais sejam, primeiro estratégia de urgência para aplicação da Compensação Ambiental e
932 Educação Ambiental conforme disciplina a lei do SNUC. Aí só um esclarecimento de que essa estratégia de
933 urgência a gente já tinha chegado nas discussões anteriores, segundo guarda e proteção de maus tratos e
934 animais silvestres e o terceiro é estabelecimento de gestão compartilhada de unidades de conservação. No
935 tocante ao cumprimento das competências da Câmara Técnica dispostas no inciso terceiro e quarto, ainda foi
936 sugerida a formulação de uma resolução que pudesse tratar de diretrizes e normativas que fossem
937 qualitativas, operacionais para Educação Ambiental que hoje já está prevista nas diversas resoluções do
938 CONAMA e em decretos federais. Essa idéia pode ser materializada na forma de artigos padrão que possam
939 disciplinar Educação Ambiental como política pública nessas Resoluções. A partir deste encaminhamento, a
940 Câmara Técnica sugeriu a formulação de uma proposta de Resolução que através as diretrizes para
941 campanhas, ações, projetos de comunicação e Educação Ambiental no âmbito não formal, ou seja, fora do
942 sistema de ensino de modo a evitar campanhas meramente utilitaristas e garantindo o caráter transformador
943 crítico e mandatário da Educação Ambiental. Outra proposta de trabalho para a Câmara Técnica é realização

944 do seminário para que dê entrada na iniciação do Setor Empresarial e essa proposta é fundamental, porque
945 além de reunir e divulgar e analisar diversas experiências de Educação Ambiental pode resultar em subsídios
946 para a futura regulamentação do inciso cinco do artigo terceiro da lei 9795 de 99 que inclui instituições públicas
947 e privadas da promoção de programas destinados à capacitação de trabalhadores no exame da melhoria ao
948 controle efetivo sobre o Meio Ambiente de trabalho bem como as repercussões do processo produtivo no Meio
949 Ambiente. Por fim, cumpre informar que o Ministério da Educação está pleiteando ao CONAMA a revisão do
950 regimento interno do Conselho para garantir que desempenho de competências diretamente relacionadas às
951 temáticas discutidas nas Câmaras Técnicas tenham assento e representatividade permanente tendo direito à
952 voz e voto nessas câmaras. Com isso, pretende-se obter a representação contínua do MEC e do Órgão
953 Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental nessa Câmara Técnica tendo a garantia do direito de voz
954 e voto. Diante de todas as relevantes propostas que restam como patrimônio dessa Câmara Técnica o
955 desafio que ela se apresenta é o de trazer insumos e propostas para os debates, motivando os representantes
956 das instituições aqui presentes para o diálogo permanente com essa e com outras câmaras do CONAMA para
957 garantir que a Educação Ambiental esteja presente de forma palpitante, transversal e continuada nas demais
958 políticas públicas e resoluções ambientais.

959
960 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

961
962 Então discussão sobre a proposta do Seminário de Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresários e
963 Trabalhadores.

964
965 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

966
967 Essa é uma proposta a ser desenvolvida com o setor produtivo, porque houve uma deliberação da Câmara
968 que seria interessante, desculpa, não me apresentei, sou Ruth Tabacznski, assessora do CONAMA e
969 inclusive aproveitando a deixa, que a gente procure sempre se identificar, para colaborar com o pessoal que
970 faz estenotipia e a gravação. Então, na transcrição aparece o nome da pessoa e a instituição e o que a
971 pessoa falou. Então, toda vez que a gente pegar o microfone não fazer como eu fiz agora, tem que dizer o
972 nome e a instituição, daqui um tempo elas já vão saber até a instituição, mas é importante no começo, porque
973 é difícil para elas quando começam a estenotipar, depois a transcrição tem que ser assim atribuída ao autor o
974 que é dito. Enquanto não tem assuntos polêmicos, isso não é um grande problema, mas quando começarem
975 alguns assuntos mais polêmicos é bem importante a identidade de cada um. Bom, então esse projeto
976 considerou-se importante, porque o Setor Produtivo realmente desempenha um papel importante,
977 principalmente na produção de bens de consumo que depois terão que ter uma destinação final adequada. E,
978 então, uma responsabilidade e uma conscientização mesmo dos produtores e consumidores, principalmente
979 porque eles iriam estabelecer uma sistemática de como ter essa relação com os consumidores. Então seriam
980 as Campanhas de Educação Sanitária, Educação Ambiental. Mas eu vou passar para a Viviane, porque ela
981 tem os detalhes maiores sobre isso.

982
983 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

984
985 Viviane do MEC. O que eu queria falar um pouco é do histórico, porque surgiu isso? Uma das discussões que
986 estavam acontecendo na Câmara era a respeito da qualidade da Educação Ambiental que é feita por
987 empresas e também do fato de muitas dessas empresas entrarem nas escolas invadindo calendário escolar e
988 invadindo conteúdo pedagógico para fazerem campanhas, muitas vezes utilitaristas e que tem a ver com o
989 marketing da empresa ou com a compensação ambiental que ela consensou com o órgão, mas que não são
990 de interesse da comunidade escolar muitas vezes. Aí a partir disso é que surgiram essas duas propostas. A
991 primeira é de um seminário que é essa que está em pauta, e a segunda é de uma proposta que venha a
992 disciplinar campanhas. Campanhas e projetos e a Comunicação e Educação Ambiental de uma forma geral.
993 Bom, então falando agora do seminário. A idéia do seminário foi trazida pelo Tarcísio que é suplente nessa
994 Câmara Técnica pela ANAMMA, e ele disse que já estava articulando isso lá no Espírito Santo e teriam várias
995 empresas interessadas. E até na época a CNI também tinha cadeira aqui e também tinha se disponibilizado e
996 a gente poderia ver com a CMC que não está presente mais talvez futuramente, qual seria o apoio deles e a
997 idéia era de avaliar experiências e traçar diretrizes para a realização da Educação Ambiental que é feita por
998 empresas e instituições. A partir dessas diretrizes a gente pode pensar ou em formular uma Resolução ou
999 então em levar isso ao legislativo para regulamentar de alguma forma o que é previsto pelo inciso 5 do artigo
1000 terceiro da lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. A lei estabelece que as empresas
1001 devem ter esses programas destinados à capacitação de trabalhadores e outras campanhas de Educação
1002 Ambiental que tratem da repercussão do processo produtivo sobre o Meio Ambiente, só que não existe nada
1003 regulamentando isso. Então a idéia desse seminário é dar início a um processo para regulamentar. Bom, e
1004 das campanhas já adiantando também, disso saiu também a gente começar a pensar uma proposta de
1005 Resolução que trate de diretrizes que sejam qualitativas e operacionais para campanhas e comunicação em
1006 geral em Educação Ambiental para o público difuso.

1007

1008 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1009

1010 Viviane, onde estão as campanhas aí? Não está aqui, está com o Resultado. Aqui na leitura que a gente fez.
1011 Eu não vi nada de campanha.

1012

1013 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1014

1015 De fato não entrou nos resultados, mas se entrar na página do CONAMA tem até a proposta inicialmente feita
1016 já até está lá a minuta e um dos problemas dela é que ela já estava tratando também das atividades que iam
1017 ser feitas na escola. Mas nós pensamos o seguinte, o CONAMA não é o fórum para isso, nós temos que
1018 pensar nas estratégias das campanhas feitas em empresa e escola junto ao Conselho Nacional de Educação
1019 e então a gente ficaria só com essa parte da educação informal aqui nessa Câmara, mas não entrou nos
1020 resultados, mas está na página do CONAMA.

1021

1022 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1023

1024 Uma dúvida aí e já abrindo um pouquinho assim para a gente poder aprofundar isso aqui, como é que seria,
1025 por exemplo, através do CONAMA. É uma pergunta. Como é que seria por exemplo? A gente dialoga a
1026 questão de necessidade do seminário, já está colocada e o operacional é o órgão gestor que vai estar
1027 articulando isso a partir da gente, como é que seriam esses próximos passos?

1028

1029 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

1030

1031 Em princípio, a Câmara Técnica delibera pela ocorrência ou não do seminário, a conveniência ou não que se
1032 faça o seminário, e a partir desse momento começa a mobilização pela Secretaria Executiva do CONAMA,
1033 lógico que com o respaldo das outras instituições, não só da Câmara Técnica, como a Viviane lembrou, a CNI
1034 não está mais aqui, mas eles continuam sendo Conselheiros do CONAMA, e eles sempre apóiam a qualquer
1035 evento que tenha dentro das possibilidades deles, e eles continuarão apoiando e assim como todas as
1036 instituições assim representadas no CONAMA. A gente articularia qual seria a contribuição e a participação de
1037 cada um. Mas a Secretaria Executiva do CONAMA ficaria como um coordenador, não seria bem um
1038 coordenador, mas sinalizaria as atividades assim.

1039

1040 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1041

1042 Então essas seriam as orientações. Saindo daqui a idéia é que a gente socialize isso com os Estados e que
1043 esse seminário que vai ser um seminário em nível nacional ou é um seminário com os diálogos nos seus
1044 estados?

1045

1046 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1047

1048 É nacional. E eu acho importante sair como encaminhamento a gente retomar um contato com o Tarcísio.

1049

1050 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1051

1052 Tarcísio do Espírito Santo que foi a pessoa...

1053

1054 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1055

1056 É o suplente da Eney.

1057

1058 **Eney M. César Batista - DEA/SEMMA-GO**

1059

1060 É, Sim. É a primeira vez que eu participo de uma reunião da Câmara Técnica . Até porque, eu não sabia do
1061 suplente, o Tarcísio. Em relação ao comentário sobre o seminário, eu quero dar o apoio e quero estar falando
1062 com vocês a respeito das experiências de Goiás, Goiânia. Nós temos caminhado em relação a essas
1063 campanhas junto às empresas. As empresas tem nos procurado, nós temos vários projetos de Educação
1064 Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiânia e um deles é o Ecomóvel que é um ônibus
1065 todo plotado. E, inclusive as empresas mesmo que participaram por nós, cerca de 80 mil reais esse Ecomóvel
1066 é um instrumento de Educação Ambiental e dentro dele nós temos televisão e vídeos, DVD, aparelhos e
1067 também tem lugares para 22 crianças, dependendo do tamanho, até mais de duas criança no mesmo banco e
1068 também com uma espécie de carteira que a gente pode desenvolver oficinas e do lado de fora também nós
1069 fazemos oficinas, porque se abre e oficinas de reaproveitamento de material reciclável. E então a coleta

1070 seletiva também é um dos programas da nossa cidade e temos caminhado bastante agora em relação aos
1071 parques considerada a cidade mais arborizada, e nós estamos trabalhando a Educação Ambiental com vários
1072 projetos, inclusive nós fizemos um para mostrar para vocês de alguns materiais que nós trabalhamos. E essa
1073 proposta do seminário vem a calhar com nossos ideais, pelo menos em termos de Goiânia. Já temos várias
1074 empresas participando conosco de entidades de Educação Ambiental dentro das empresas com funcionários
1075 das empresas, inclusive a Unilever está nesse programa para fazer esse trabalho agora. Já fizemos trabalho
1076 por várias vezes e temos feito essas parcerias com as empresas que eles nos fornecem também uma
1077 contrapartida de materiais educativos, de materiais operacionais e nós fornecemos o nosso trabalho de
1078 Educação Ambiental para os nossos técnicos.
1079

1080 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1081
1082 Legal. Olha só, então na verdade a gente tem dois momentos. Um é esse do seminário com os empresários
1083 para tratar de Educação Ambiental, que eu acho que na verdade é uma coisa muito bem vinda, porque só no
1084 estado da Bahia a gente já identificou, e agora, por exemplo, que nós temos o Pólo Petroquímico, são 1.636
1085 programas de Educação Ambiental que saem através do licenciamento dos condicionantes, e estão todos
1086 soltos. Então, acho que essa iniciativa de fazer esse diálogo e trazer diretrizes dessa política no campo
1087 empresarial que é exatamente onde estão feitos os licenciamentos ambientais das indústrias e atividades. Eu
1088 acho que é uma coisa muito bem vinda e o encaminhamento agora, então seria de estar indo para o MEC e o
1089 MMA, onde estariam montando essa estratégia, articulando com o pessoal para poder a gente definir datas,
1090 estar divulgando e etc, e montar esse operacional, não é isso? E entrar em contato com a pessoa que fez.
1091

1092 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1093
1094 Só uma questão de informação. Marcos Vieira do Ceará. Era interessante que tivesse acesso à proposta e
1095 conteúdo, até porque essa relação aí, iniciativa privada e Educação Ambiental é bem interessante. Nós
1096 estamos no Ceará estruturando uma Rede Cearense de Educação Ambiental, e a gente tem noção de que a
1097 iniciativa privada, o terceiro setor e os governos, e agora mesmo terminamos o mapeamento da área
1098 governamental, se gasta muito, se tem muitos projetos, programas e atividades de Educação Ambiental, mas
1099 não se trabalha em conjunto, não se conversa e não sei o que a Secretaria de Esportes faz lá. E então é
1100 interessante a gente ver também a questão do conteúdo dessa proposta e então se desse para a gente ter
1101 acesso, até porque nós temos também algumas idéias em relação a essa execução nacional.
1102

1103 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1104
1105 Cleidemar do CONAMA. Eu acho que o conteúdo tem que ser discutido aqui na Câmara Técnica, é daqui que
1106 virão as propostas, juntamente com o representante do Espírito Santo que é quem ofereceu a sede do Espírito
1107 Santo para o nosso evento. Então, nós vamos marcar data, a gente faz as primeiras articulações, estabelece
1108 as responsabilidades de cada um nesse processo, nós somos muito poucos, sete Conselheiros mais o apoio
1109 do CONAMA nove, mais os técnicos do CONAMA, então nós somos um grupo muito pequeno. Então nós
1110 precisamos de uma divisão de tarefas. Até a elaboração da pauta, da programação desse evento, dos
1111 objetivos é uma tarefa nossa em conjunto com o nosso anfitrião.
1112

1113 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1114
1115 Para entrar no mérito da ordem, se é assim, nós temos já uma discussão e inclusive com um certo pioneirismo
1116 que é a criação do Selo Município Verde, que é um selo de certificação que nós estamos implementando
1117 também lá, e que há uma discussão muito forte por exemplo em relação a certificação ambiental, o ISO
1118 14.000I e que nós estamos inclusive capacitando e qualificando nossos técnicos para compreendermos um
1119 pouco isso, até porque isso é um instrumento fundamental, inclusive econômico, porque hoje lá no Estado, por
1120 exemplo, pouquíssimas empresas, no caso a Companhia Energética e pode servir até de um incentivo a mais
1121 para o Setor Empreendedor e Setor Privado. Então, já poderia até como um subtema em relação a essa
1122 discussão, como é que nós tratamos essa certificação, inclusive hoje nós temos notícias de que uma empresa
1123 estrangeira que vem certificar é uma exigência enorme, do ponto de vista do acompanhamento, do ponto de
1124 vista dos quesitos. E nós não sabemos ou sabemos muito pouco sobre isso. Então, na relação de iniciativa
1125 privada e trabalhador eu acredito que isso aí seja um elemento importante.
1126

1127 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1128
1129 Eu imagino um assunto e acho que nós podíamos fazer uma sessão do nosso seminário para as experiências
1130 exitosas dos estados. Um dos nossos temas, eu acho que de preferência logo no início das nossas
1131 discussões, e a gente depois começaria trabalhando na nossa proposta, amadurecendo isso, mas uma
1132 apresentação de experiências, seria um dos temas nossos.

1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Olha só, eu acho que a gente poderia operacionalizar esse tema da seguinte maneira. Fazer o contato direto com o Tarcísio que me parece que foi ele a pessoa que teve a proposta e é até solicitada a ele uma minuta para a gente poder estar aprofundando isso ou então até circular isso já nos e-mails dos membros e dar um teto para a gente poder trazer uma minuta mais avançada para a gente bater o martelo aqui. Pode ser assim? Então tá, então a gente então fica com esse compromisso de fazer o contato com ele, de já fazer essa minuta e socializar aqui com os membros e a gente já traz no próximo momento e tenta fazer o consenso. Mais uma pergunta. A reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental acontece mensalmente, como tem sido?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Olha, o ideal é que aconteça a cada 30 dias, 45 dias. Evidente que nós precisamos ter uma pauta consistente para isso. Então, nós estamos com uma demanda muito grande de atividade. Eu acho que nós vamos ter sempre pauta para cada 30 dias uma reunião. Poderíamos ficar com 30 dias.

Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará

Só uma questão de ordem. É muito importante que a gente tenha um calendário para que a gente possa se organizar. Porque se a gente fizer mesmo que porventura a gente venha a desmarcar, mas você tendo um calendário, você já se organiza.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

OK, eu acho que isso aí está bem claro assim que a gente vai trabalhar no operacional. Eu acho que está legal assim, nesse caso quem faria o contato com o Tarcísio aqui o próprio MEC poderia fazer essa interlocução, e daí a gente faz essa minuta, socializa com todos e a gente na próxima reunião a gente já fecha essa questão.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu também me proponho a conversar com ele, porque nós temos orientações também do Ministério que é preciso passar.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Acho que é melhor fazer por seu intermédio e a gente auxilia.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Está bom.

Marília Passos Torres de Almeida - DEA/MMA

Eu queria, sou Marília do Ministério do Meio Ambiente. Olhando aqui essa proposta do Seminário de Educação Ambiental no Setor Produtivo, me veio a gente discutir a competência dessa Câmara como sendo do CONAMA. Eu não sei se é competência da Câmara estar discutindo proposta de seminário. Eu acho que a gente poderia, a gente está aqui para propor normas, resoluções, recomendações, e então eu acho que o trabalho da gente seria direto fazer uma Resolução e procurar passar as diretrizes da Educação Ambiental no Setor Produtivo e não organizar Seminário de Educação Ambiental no Setor Produtivo. A gente poderia de repente lançar como sugestão para o órgão gestor estar executando isso, mas não a Câmara Técnica do CONAMA.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Um esclarecimento aí por favor, MEC que já está nesse processo.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Não, a gente pode enquanto Câmara Técnica contar com a participação de setores da sociedade que estão envolvidos naquilo que a gente se propõe a normatizar e também técnicos especialistas. Esse seminário seria para isso, para que não fique meia dúzia de pensadores normatizando sobre um assunto, sem ouvir as

1196 diversas iniciativas. Então é claro que a gente não tem que ficar tomando muito tempo da pauta com esse tipo
1197 de discussão, mas é previsto pelo CONAMA, e ele costuma realizar esse tipo de seminário para colher esse
1198 tipo de subsídio e subsidiar a formulação de alguma norma e Resolução.
1199

1200 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1201
1202 OK. Então a gente já encaminha dessa forma. Eu acho que o grande papel da Câmara Técnica de Educação
1203 Ambiental na verdade, é fazer chegar às outras instâncias. As redes, os coletivos de educadores, todo o
1204 processo da política que a gente vem trabalhando até lá na ponta. E então tudo o que sair daqui, eu acredito
1205 que esse é o caminho de socializar com todo mundo e vice-versa.
1206

1207 **Luiz Gustavo Miranda Mello – ANA**

1208
1209 Luiz Mello, da Agência Nacional de Águas. Só concordando com a Marília, que a gente realmente no caso da
1210 Câmara Técnica para ela não se perder nessa questão executiva, que aí seria atribuição de algum órgão ou
1211 instituição interessada em organizar o seminário em si. Aqui a Câmara Técnica e CONAMA, têm realmente
1212 essa atribuição de acompanhar e procurar agregar opiniões e informações e estimular o debate, mas a
1213 organização do seminário em si, eu acho que não estaria como atribuição nossa aqui. A gente poderia ajudar
1214 e então assim no caso o MMA ou o MEC, poderiam trabalhar nessa organização, tendo eles esse interesse e
1215 tendo também o interesse de relatar e de contar com a ajuda, com um apoio e tentar articular esse processo
1216 de debate aqui na Câmara Técnica.
1217

1218 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1219
1220 Está perfeito. Eu acho que todo mundo tem esse entendimento. Não tem dúvida alguma. Porque assim como
1221 está na discussão da proposta, é fundamental fazer a partir daqui e o órgão gestor assumir e todos nós, igual
1222 eu falei. Eu acho que tem que ter uma consulta e essa minuta precisa estar escutando todas as realidades, e
1223 acho que a gente vai trabalhar assim, como tem sido o trabalho nesses dois últimos anos. Então, o próximo
1224 ponto é inserir a questão das campanhas, proposta de recomendação para fornecer diretrizes e campanhas a
1225 ações e projetos. Então, como a Viviane aqui do MEC colocou para a gente, está bastante focada na questão
1226 da escola. Então, a gente sugere que o MEC traga essa proposta de recomendação na próxima pauta, pode
1227 ser assim?
1228

1229 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1230
1231 Pode. E sugiro que a partir daí a gente constitua um Grupo de Trabalho que tenha interface com as discussões
1232 que já estão sendo feitas a respeito de informação e comunicação ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente
1233 e que tenha interface também com o comitê assessor do órgão gestor.
1234

1235 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1236
1237 OK. Então, todo mundo concorda com esse encaminhamento? Eu acho que está claro, né? Próximo ponto,
1238 discussão do plano de trabalho: Escopo, responsabilidades, atribuições e cronograma de atividades.
1239

1240 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1241
1242 Posso dar uma sugestão, pessoal? Eu acho que nós precisávamos primeiro ter uma noção um pouco mais
1243 detalhada dos outros assuntos, para a gente poder estabelecer uma estratégia, um cronograma de atividades,
1244 vocês concordam com isso? .
1245

1246 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1247
1248 É isso. Depois a gente tem estratégia de urgência para a aplicação da compensação ambiental da Educação
1249 Ambiental conforme a Lei do SNUC que institui o Sistema Unidades de Conservação. Então poderia dar uma
1250 lidinha, como é que está aí.
1251

1252 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1253
1254 Nós colocamos no resultado já praticamente a essência da discussão que nós estamos fazendo com relação à
1255 Educação Ambiental, Aplicação da Compensação e Educação Ambiental. Era um sonho que a Rachel
1256 principalmente acalentava, de que nós tivéssemos já uma parcela dessa compensação para a compensação
1257 ambiental, mas isso nós verificamos não ser possível, e que a única forma da Educação Ambiental participar
1258 dessa compensação dos custos dessa compensação, seria através do Plano de Manejo de uma Unidade de

1259 Conservação. Então, o plano de manejo deve contemplar a Educação Ambiental e propor atividades
1260 relacionadas com Educação Ambiental e nós poderíamos então colocar algumas estratégias para que isso
1261 fosse suficiente. Ou como recomendação ou como até uma Resolução e que ficasse claro e patente diretrizes
1262 para que ela fosse efetiva. Foi sempre comentado aqui que ela não é efetiva. Existe um plano de manejo,
1263 está previsto na Educação Ambiental o plano de manejo mas não é efetivo. O que nós precisamos fazer para
1264 isso? Eu passo a palavra para a Viviane.

1265
1266 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1267
1268 Tem uma outra coisa, nós trouxemos até um especialista do IBAMA, o Hélio. Ele é da Câmara de
1269 Compensação Ambiental do IBAMA. O que nós vimos é que o IBAMA Federal e cada unidade do IBAMA tem
1270 uma Câmara de Compensação Ambiental que é quem recebe das empresas a compensação ambiental, e
1271 essa Câmara é que decide qual percentual vai ser destinado para cada uma daquelas atividades. Então, um
1272 dos encaminhamentos que ficou também a partir dessa discussão, foi de que nós faríamos um contato mais
1273 aproximado com as pessoas que hoje estão na Câmara de Compensação Ambiental para poder também
1274 enraizar a Educação Ambiental nessas câmaras. Ou seja, mostrar a relevância delas e tentar aumentar esse
1275 percentual, já que tem uma análise discricionária do ponto de vista administrativo dessas câmaras, dos
1276 representantes dessa Câmara, do percentual que vai a gente tentar negociar com eles um aumento desse
1277 percentual, e não só aumento do percentual, mas melhorar a qualidade da Educação Ambiental que é feita
1278 nessas unidades de conservação.

1279
1280 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1281
1282 E o operacional disso? Marcaria, viria para cá? Não, ele já veio aqui e já socializou e tal. Eu queria ver como
1283 a gente vai operacionalizar.

1284
1285 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1286
1287 Eu acho que nós temos que debruçar sobre o assunto, ver as formas e estratégias e estabelecer. Não sei se é
1288 o caso de criar um GT para estudar isso, acho que nós não temos fôlego para ter muitos GTs, eu acho que a
1289 maioria das nossas decisões poderia como nós trabalhamos com recomendação, poderia ser feito em nível de
1290 Câmara Técnica, deixar a criação de GTs para assuntos talvez mais complexos do que uma estratégia de
1291 atuação junto. Então, nós teríamos que nos debruçar sobre o tema e trazer propostas. Eu acho que hoje é um
1292 dia que nós estamos tomando conhecimento de muita coisa e nós vamos ter que digerir tudo isso. Existe no
1293 site esses processos todos, ele estão no site e hoje é mais uma orientação, um encaminhamento dos rumos
1294 ou das estratégias que nós temos que utilizar para nossa atuação futura. A transcrição, o detalhamento das
1295 reuniões todas as transcrições estão no site, vocês podem acessar e ver maior detalhe, até na viva voz, como
1296 foi feito. Então, hoje vamos levantar as questões, vou pedir que se debrucem sobre esses temas e tragam
1297 sugestões. Enquanto isso, nós podemos nos comunicar, nós podemos trocar idéias por e-mail ou por telefone,
1298 de preferência por e-mail, distribuir esse material. Toda a contribuição que chega, nós disponibilizamos, e
1299 então contribuição da ANAMMA, contribuição do Governo, e ela fica como um documento na próxima reunião.
1300 Nós fazemos um trabalho de apoio neste sentido. Todas as idéias, todas as recomendações, contribuições
1301 que vocês derem, nós vamos disponibilizar para conhecimento de todos.

1302
1303 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1304
1305 Então OK. Essa questão da compensação ambiental na verdade será um ganho muito grande para todos os
1306 Estados. A gente já vem também fazendo essa discussão lá no Estado, que é uma coisa novíssima. Então,
1307 eu acho que a gente precisa realmente ver quais são os caminhos mesmo, eu acho que talvez seria o caso da
1308 gente novamente trazer para cá esse técnico ou uma outra pessoa para discutir realmente o que é
1309 compensação ambiental, como é que se dá essa compensação ambiental e que caminho que a gente vai estar
1310 sugerindo aqui a título de Resolução, enfim, qual é o instrumento que vai fazer valer essa compensação
1311 ambiental nos estados, não é isso? Então, a gente poderia também ficar com esse indicativo de fazer um
1312 convite a uma pessoa da área diretamente do direito ambiental para poder tratar essa questão com a gente.
1313 OK, passamos então? Proposta de criação de artigos padrão para regulamentar a Educação Ambiental como
1314 política pública nas principais Resoluções do CONAMA. .

1315
1316 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1317
1318 Bem, nós já temos algumas Resoluções em que a questão ambiental entrou como uma proposta, como uma
1319 Resolução, lógico, para a atuação da Educação Ambiental. Nós andamos trabalhando e discutindo isso e as
1320 propostas que vieram nós consideramos que estavam muito complexas e muito longas. Nós estamos
1321 recomendando que esse artigo tenha no máximo um ou dois artigos, e que se nós começarmos com muito

1322 artigo e nós temos que ser muito objetivos. A Resolução que trata de um outro assunto, ela perde o foco para
1323 ficar focada na Educação Ambiental, e isso nós vamos ter dificuldade de colocar isto na Câmara Temática,
1324 começar a detalhar demais a atuação. Então a recomendação é essa, vamos elaborar um ou dois artigos ou
1325 três no máximo, tratando da inserção da Educação Ambiental nas Resoluções, mas de uma forma muito
1326 objetiva, de tal forma que ela não roube um espaço da Resolução em si.

1327
1328 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1329
1330 Eu não sei se todo mundo está acompanhando do que a gente está falando. Porque a maior dificuldade a
1331 gente tentou rascunhar alguma coisa a maior dificuldade é que cada Resolução trata de uma coisa diferente e
1332 tem público alvo diferente. A de descarte de bateria tem um público, aquela de maus tratos animais tem outro,
1333 e então a dificuldade está sendo em criar uma coisa padrão, quando cada assunto e cada Resolução envolve
1334 setores diferentes. Então, eu não sei até se a gente podia se debruçar aqui juntos nisso, mas o que precisava
1335 era retomar essas Resoluções e fazer uma discussão aqui conjunta do que é que a gente acha que é
1336 fundamental para operacionalizar em todas elas a Educação Ambiental, mas lembrando que os públicos alvo
1337 são diferentes.

1338
1339 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1340
1341 Qual seria o caminho? Num próximo momento? Porque a gente não tem nada aqui na mão para poder dar
1342 uma lida e ver como está.

1343
1344 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1345
1346 Pelo o que eu consegui observar aqui e compreender, há uma diversidade muito grande de pareceres e
1347 resoluções tornando, eu acredito, até inviável esse padrão. Porque há casos em que você vai ter que ver de
1348 caso em caso mesmo. Agora, nós teríamos que ter não um artigo padrão, mas uma diretriz com tudo tentando
1349 colocar a questão da Educação Ambiental como uma questão alguma coisa desse nível.

1350
1351 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1352
1353 Marcos, mas isso está colocado. Esse é o desafio de trazer o eixo a diretriz da coisa.

1354
1355 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1356
1357 Artigo padrão é outra coisa.

1358
1359 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1360
1361 O que está colocando artigo padrão é o princípio, isso com certeza.

1362
1363 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1364
1365 Ana da OCA Brasil. Talvez se fosse consenso, uma mensagem que chamasse a atenção a importância da
1366 difusão da Educação Ambiental. Se houvesse simplesmente eixos temáticos que valorizassem questões que
1367 são prioritárias para a Educação Ambiental para o país. Então, quer dizer, estaria no escopo dessa Resolução
1368 sempre um lembrete ou uma mensagem que tocasse a importância da Educação Ambiental. Quer dizer, mas
1369 isso só pode ser efetivado com realmente a análise de todas as Resoluções que estão tramitando e checando
1370 os temas.

1371
1372 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1373
1374 Eu teria até um exemplo bem assim característico, o Banco Mundial, por exemplo, ele exige que cada dólar
1375 que entra como contrapartida, a questão de Educação Ambiental. Nós temos lá dois projetos, o projeto, por
1376 exemplo, da PRODETUR da Cultura e do Turismo de 750 milhões de dólares e a Secretaria de Turismo tem
1377 que ter uma estrutura que trabalhará com a questão ambiental. E agora, nós estamos numa discussão por
1378 exemplo com a Secretaria das Cidades lá que tem um projeto grande na área de aterros sanitários, mas que
1379 só é sustentável se tiver Educação Ambiental. Então, são interfaces assim da política pública que acaba,
1380 como é que eu vou criar um parâmetro para isso? Fica difícil. Se eu tenho uma diretriz que diz de uma forma
1381 ampla que Educação Ambiental tem que ser levada em consideração, é diferente de construir um artigo que
1382 seja homogêneo para todos.

1383
1384 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1385

1386 Cleide do CONAMA. Nós sentimos essa dificuldade, nós dividimos, nós elegemos aqui alguns sete temas,
1387 que estavam vigindo na época, sete Grupos de Trabalho ativos e dividimos assim. O Termos de Guarda e
1388 Proteção de Espécies Exóticas que é a questão relacionada com biodiversidade, depois Licenciamento
1389 Ambiental, Pilhas e Baterias, Discussão e Descarte Final de Pneumáticos apresentações relacionados com a
1390 agenda marrom que foi num outro grupo e depois o GT de Gestão Compartilhada de OCIPs num outro grupo.
1391 Isto era para que se tivesse uma visão, um foco maior na especificidade de cada Resolução. A esperança
1392 nossa é que nós tivéssemos aí alguns, eu falo padrão, mas alguns modelos, para que a gente tivesse um
1393 norte. Nós vamos propor isto, porque nós não sabemos nem o que nós podemos exigir numa Resolução,
1394 porque a Resolução tem força de lei. Nós podemos trabalhar também com recomendação. Então, às vezes
1395 ela não é dirigida especificamente para uma Resolução, mas sim nessa linha que a Ana colocou, de um alerta
1396 da necessidade da Educação Ambiental permear e ser transversal e etc. Nós podemos trabalhar aí com uma
1397 recomendação, já que nós não podemos fazer exigências. Então, são alternativas que a gente pode utilizar
1398 até a sua exaustão.

1399

1400 **Luis Gustavo Miranda Mello – ANA**

1401

1402 Luis Mello, Agência Nacional de Águas. Eu só acho que essa estratégia reflexiva que você espera alguém
1403 fazer uma Resolução para reagir e tentar encaixar alguma coisa é algo extremamente trabalhoso e que não vai
1404 ser eficaz. Se a Câmara Técnica propõe diretrizes que estimulem principalmente estratégias ou
1405 encaminhamentos desejáveis, isso já vai automaticamente influir nessas demais Resoluções do CONAMA.
1406 Então, eu acho que essa estratégia aí é trabalhosa e vai ser pouco eficiente.

1407

1408 **Luiz Cláudio L. Costa - MEC**

1409

1410 Luiz Cláudio do MEC. Na mesma linha concordo com ele. Não seria possível a gente propor uma Resolução
1411 que se considerasse a Educação Ambiental nas outras Resoluções? Não sei se isso é possível, mas já ter
1412 uma Resolução emanada da Câmara Técnica que já dissesse que se considerasse a Educação Ambiental
1413 nas próximas Resoluções, nas discussões das outras Resoluções das outras Câmaras Técnicas. Eu não sei
1414 se é possível, assim na mesma linha de ter diretrizes, já tem coisas gerais de Educação Ambiental que já
1415 tivessem que ser consideradas em cada assunto que fosse discutido nas outras Câmaras Técnicas e fossem...

1416

1417 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1418

1419 Ana, da OCA Brasil. Eu acho que é mais apropriado que a Câmara Técnica de Educação Ambiental
1420 encaminhe uma recomendação à plenária em que todas as Câmaras Técnicas atuantes tenham como
1421 diretrizes, e aí a gente elenca aquilo que for importante. E que realmente a nossa Câmara Técnica esteja
1422 vigilante na formação de novas e que tenha em alguns momentos audiências conjuntas, realização de
1423 trabalhos conjuntos, que também é comum reunir Câmaras Técnicas de temas diferentes para a decisão de
1424 diretrizes para a Educação Ambiental. Eu acho que é mais nesse encaminhamento. A Câmara Técnica
1425 elabore uma recomendação.

1426

1427 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1428

1429 Só para prestar mais um esclarecimento. Eu acho muito pertinente o que o colega da ANA falou, mas nós
1430 temos um passivo, nós temos que vencer esse passivo. Então, esse esforço é para Grupos de Trabalho que
1431 já estão quase terminando suas propostas e se a gente não fizesse esse esforço de correr atrás para vencer
1432 isso, para tentar agora a curtíssimo prazo fazer essa inserção da Educação Ambiental, nós íamos continuar
1433 aumentando o passivo. Então, foi um esforço a curtíssimo prazo, mas eu acho que a médio prazo, vou falar
1434 assim, a gente precisa ter sim tudo isso que ele falou. Mas nós temos que resolver esse passivo
1435 urgentemente.

1436

1437 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1438

1439 Marcos do Ceará. Já que existe uma questão emergente, está aí batendo à porta e já que existe uma questão
1440 que pode ser trabalhada a médio e longo prazo, que nós poderíamos tirar aqui já uma recomendação direta
1441 para essa demanda que é urgente, que está aí, mas também levando em consideração, não em forma de
1442 Resolução, porque vai parecer uma coisa muito impositiva, mas como recomendação. Isso não quer dizer que
1443 ela não venha balizada e que não contemple também as especificidades ditas nos variados ambientes que
1444 temos.

1445

1446 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1447

1448 Eu acho que seria exatamente a elaboração dessa recomendação, aqui, no caso. Como é que seria a história
1449 da gente fazer alguma recomendação já para sair daqui, então a idéia seria essa? O MEC tem algum modelo,
1450 alguma coisa que a gente possa estar puxando?

1451
1452 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1453
1454 O MEC poderia pensar junto com o Ministério do Meio Ambiente algumas diretrizes que a gente julga que são
1455 importantes para qualidade da Educação Ambiental que a gente vai recomendar.

1456
1457 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1458
1459 Nesses seis grupos de trabalho?

1460
1461 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1462
1463 Então, isso que a gente deve decidir, se esses grupos permanecem, porque eu queria só frisar uma coisa que
1464 a Ana falou da OCA Brasil, que é muito importante a gente continuar vigilante nas outras câmaras do
1465 CONAMA, para que permaneça a Educação Ambiental.

1466
1467 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1468
1469 Mas então nós estaríamos trabalhando para o Grupo de Trabalho do Termo de Guarda e Proteção Contra
1470 Animais, o Grupo de Trabalho de Espécies Exóticas, o Grupo De Trabalho de Licenciamento Ambiental de
1471 Projetos de Reforma Agrária. Seria isso?

1472
1473 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1474
1475 Marcos do Ceará. Em virtude dos grupos estarem finalizando seus relatórios, essa recomendação teria que
1476 ter uma certa celeridade, para que você possa contemplar já nos relatórios a questão. Se eu compreendi bem
1477 o que ela falou.

1478
1479 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1480
1481 Nós fizemos um levantamento já dos Grupos de Trabalho há um ano atrás, e recomendamos, como a gente
1482 conhece o conteúdo das Resoluções que estão sendo feitas, nós consultamos os técnicos do CONAMA, para
1483 que eles pensassem qual seria a interface, onde e que Grupo de Trabalho poderia atuar com mais eficiência,
1484 onde seria mais pertinente a atuação dessa Câmara Técnica e que eles recomendaram alguns grupos e nós
1485 passamos essa recomendação para a Rachel. As coisas já evoluíram, o Nilo é muito mais democrático, e ele
1486 pediu que a gente fizesse um elenco de todos os Grupos de Trabalho, e foi isso que eu passei para vocês
1487 hoje, que é uma cópia do que está no site. Se a gente entrar, não essa vermelha, mas aquela outra, essa aqui
1488 que tem o CONAMA começa com CIPAM, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Nós temos aí em cima já
1489 o site do CONAMA onde ele se encontra.

1490
1491 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1492
1493 Então, que na verdade é um levantamento de todas as Câmaras Técnicas do CONAMA, e daí nesse momento
1494 a gente vê a interface com a gente. Eu acho que essa interface já foi vista.

1495
1496 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1497
1498 Isso aqui é um resultado. Há um ano atrás essa interface consta nos resultados onde foram eleitos termos de
1499 guarda, espécies exóticas, projetos de Reforma Agrária, pilhas e baterias, descarte final de pneumáticos e o
1500 estabelecimento compartilhado de Unidades de Conservação com OSCIPs. Isso foi há um ano atrás que foi
1501 considerado e nós estamos numa outra realidade e nós temos outros grupos criados e nós temos uma outra
1502 visão para as coisas evoluírem. Eu acho que para bater o martelo, nós teríamos que dar uma olhada e também
1503 uma estudada e ver o conteúdo dessas Resoluções.

1504
1505 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1506
1507 Só queria lembrar o que o Nilo falou, que nós temos que pegar essas Resoluções antes delas irem para CTAJ
1508 e temos que contemplar em grupos de trabalho por exemplo pneumáticos, pilhas e baterias já está com a
1509 Câmara de Assuntos Jurídicos, já está naquela parte de verificação de legalidade, e então novas inserções

1510 não cabem já a essa altura e então novas inserções não cabem a essa altura, a gente tem que fazer esse
1511 olhar também.

1512
1513 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1514
1515 E já foi feita inserção dessa Câmara?

1516
1517 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1518
1519 Não, não foi.

1520
1521 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

1522
1523 Bom, pilhas e baterias retornou para a Câmara Técnica que vai ter uma reunião conjunta com a Jurídica, então
1524 nesse momento pilhas e baterias a gente salva ainda, a gente ainda pode inserir uma minuta num artigo a
1525 respeito de Educação Ambiental. E independente de que já passe pela Câmara Técnica de Assuntos
1526 Jurídicos tem um outro momento que nós podemos ter essa intervenção que é na plenária do CONAMA. Na
1527 plenária do CONAMA nós ainda temos oportunidade de inserir alguma proposta, lógico que sujeita à votação
1528 dos Conselheiros, se eles aceitam ou não a inserção, mas provavelmente ninguém vai se opor a inserir um
1529 item tão importante assim.

1530
1531 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1532
1533 Deixa -me complementar só o que a Ruth falou, porque realmente um espaço que existe para a gente colocar
1534 é a plenária, mas a gente defende muito que se utilize a Câmara Técnica e os GTs para se introduzirem essas
1535 sugestões e que não se faça do plenário uma segunda Câmara Técnica, porque ela é um nível mais político
1536 de decisão.

1537
1538 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1539
1540 E acredito que eu acho que a gente nessa Câmara Técnica aqui, eu acho que a gente pode ter isso como
1541 premissa da gente realmente trabalhar como uma coisa propositiva e não de chegar lá na última hora para
1542 trazer a plenária. Salvo em últimos casos, eu acho que pode ser um princípio assim de um bom trabalho.

1543
1544 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1545
1546 Ana da OCA Brasil. Eu só vejo talvez uma questão de metodologia, se a gente dividisse esse quadro de
1547 Câmaras Técnicas, esse quadro temático, se a gente pode explicar com cada entidade representada aqui
1548 nessa Câmara Técnica . Se cada um pegar cinco ou seis e contar quantas são e em bloco fazer algumas
1549 sugestões, que esse trabalho aconteça, senão eu não sei a gente pode se perder ou então a gente ter claro
1550 que nós estamos já em final de junho, ter como meta trabalhar temas específicos. Vamos trabalhar animais,
1551 unidades de conservação, escolher quatro temas e botar um foco grande para essas áreas, ou elencamos por
1552 tema, área temática, ou então vamos trabalhar em todas as câmaras. Não sei se temos fôlego para isso.

1553
1554 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1555
1556 Eu queria perguntar se vocês participam de quais câmaras? Vocês já participam de outras? Quais?

1557
1558 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1559
1560 A OCA somente Educação Ambiental e também Campos de Altitude, né? A de animais silvestres? Nós
1561 temos já lá uma inserção de Educação Ambiental.

1562
1563 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

1564
1565 É uma parceria informal da Câmara de Unidades de Conservação, houve uma conversa que nós seríamos
1566 convidados, e então o regimento ainda está para ser prontificado e ainda não permite essa suplência, mas
1567 ainda não é regulamentado. Principalmente no turismo de aventura.

1568
1569 **Luis Gustavo Miranda Mello – ANA**

1570
1571 A ANA - Agência Nacional de Águas participa de várias Câmaras Técnicas. Praticamente quase todas.

1572

1573 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1574

1575 Então, se nós tivéssemos esse compromisso de que vocês conselheiros levassem a pauta da Educação
1576 Ambiental em cada uma, Tita, só retornando, porque tem Conselheiros que já participam de outras Câmaras
1577 Técnicas, se tivéssemos o compromisso de que eles levassem, vamos identificar.

1578

1579 **Luis Gustavo Miranda Mello – ANA**

1580

1581 A questão é o seguinte, o que a gente vai levar? Porque vocês estão propondo que a gente leve as diretrizes
1582 de Educação Ambiental a essas ações desenvolvidas nas demais Câmaras Técnicas, mas agora o que a
1583 gente vai levar? .

1584

1585 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1586

1587 Em primeiro lugar precisa ter a sensibilidade de saber se a Resolução que está sendo discutida e a proposta
1588 naquele grupo precisa ter Educação Ambiental para ter efetividade. Uma das competências da nossa Câmara
1589 Técnica a gente viu que é inserir Educação Ambiental nas políticas de biodiversidade, conservação, em todas
1590 as demais políticas ambientais. Então, é ter a sensibilidade de olhar essa Resolução, se ela precisa da
1591 Educação Ambiental, se a Educação Ambiental é interessante ou não, e propor um artigo onde se insira essa
1592 Educação Ambiental. Agora que tipo de Educação Ambiental é que eu acho que a gente deve aqui discutir. E,
1593 talvez nesse sentido aquela idéia original de artigos padrões ou de princípios padrões, recomendações,
1594 princípios padrões, fosse viabilizar melhor o trabalho de vocês, mas tem coisas que já é simples, por exemplo,
1595 no grupo de animais, maus tratos a animais silvestres ou grupos de trabalho a gente nota que é fundamental
1596 Educação ambiental para evitar esses maus tratos. Então foi fácil até num consenso com o grupo, nós
1597 construímos um artigo e já propomos para ser inserida na Resolução. Isso vai um pouco de negociação, vai
1598 um pouco de tato, agora a gente pode aqui também fechar alguns princípios e diretrizes básicas.

1599

1600 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1601

1602 Olha só, está todo mundo aí com esse CIPAM, a gente poderia estar identificando e lendo junto às Câmaras
1603 Técnicas e Grupos de Trabalho que existem no CONAMA. É só para... Como a gente está chegando aqui
1604 hoje, eu acho que é importante a gente estar dando esse nivelamento. Está todo mundo já aí acompanhando?
1605 Então a gente tem a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, de Assuntos Jurídicos, Atividades
1606 Minerárias e Energéticas, de Infra-Estrutura, Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos
1607 Pesqueiros aí com alguns Grupos de Trabalho e Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental com
1608 vários Grupos de Trabalho também, Economia e Meio Ambiente como um Grupo de Trabalho, Educação
1609 Ambiental que é a nossa, com um Grupo de Trabalho para discussão e acompanhamento da conferência e
1610 também tem uma outra também que é Câmara Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris. Outra
1611 Câmara Técnica, de Gestão Territorial e Biomas e Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e
1612 Gestão de Resíduos. São essas as Câmaras Técnicas, confere? Estão todas aqui? Tem mais uma aí atrás
1613 que são as Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas. Então, qual seria o nosso trabalho? Na
1614 verdade, de identificar onde que a gente entende e acredita que a Educação Ambiental tem que estar com
1615 interface nessas Câmaras Técnicas, não é isso? Então, eu acho que a gente poderia fazer uma escuta agora
1616 de cada uma aí, qual é a sugestão que cada um tem dessa inserção e ver os caminhos que a gente vai estar
1617 fazendo para cada uma dessas Câmaras Técnicas, não é isso? Então, está aberto aí, e eu gostaria de estar
1618 escutando aí qual é a opinião de vocês em relação e listar pelo menos as que a gente tem que literalmente ter
1619 interface. Vamos lá, eu acho que temos que listar. Todas? Então vamos ver se são todas mesmo, eu
1620 gostaria de escutar todo mundo.

1621

1622 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1623

1624 Eu acho que são todas entretanto com ações diferenciadas. Tem Câmaras Técnicas que pode ser só uma
1625 recomendação simples de comunicação, de divulgação, entendeu? Mas assim a gente não pode
1626 desconsiderar. Preterir uma em relação às outras é um risco. A não ser que a gente tenha claro que nós
1627 queremos trabalhar nesse ano ou a cada dois meses em temas específicos.

1628

1629 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1630

1631 OK, vamos escutar aí o próximo? Esportes, Cultura, ANA? A opinião aí para a gente bater o consenso.

1632

1633 **Luis Gustavo Miranda Mello - ANA**

1634

1635 É que eu acho que se a gente ficar nesse processo de ficar correndo atrás de cada grupo de trabalho, isso
1636 continuo achando que não vai ser efetivo, a gente não vai dar conta do recado. Agora, se a Câmara Técnica
1637 propõe, tem uma recomendação, eu acho que realmente não precisa nem ser uma Resolução, mas uma
1638 recomendação para que a questão de Educação ambiental seja considerada no escopo dessas ações das
1639 outras Câmaras Técnicas, a gente está coberto sem precisar ficar correndo atrás de cada uma delas.

1640
1641 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1642

1643 Então deixa eu ver se eu entendi, Luis. A idéia seria de a gente considerar para todas a interface da
1644 Educação ambiental e descer em algumas Câmaras Técnicas e aprofundar como temas e trazer já como uma
1645 coisa pontual, é isso? Você acha que é só recomendação para todas ou a gente pode fazer um trabalho
1646 específico? Por exemplo, tem várias aqui bem próximas, a questão da Biodiversidade, Qualidade Ambiental,
1647 Economia e Meio Ambiente. Por exemplo, dentro da Economia e meio ambiente tem Mudanças Climáticas.
1648 Então eu acho que talvez a gente tivesse que estar dando uma coisa mais propositiva por exemplo o que
1649 Educação Ambiental tem a ver com esse tema por onde a gente vai estar caminhando.

1650
1651 **Luis Gustavo Miranda Mello – ANA**
1652

1653 Sim, eu acho que existem alguns temas que realmente podem ser considerados prioritários e a Câmara
1654 Técnica de Educação Ambiental tem interesse em se envolver e trabalhar em conjunto com algum outro
1655 Grupo de Trabalho, com alguma outra Câmara Técnica para desenvolver alguma proposta que seja realmente
1656 considerada prioritária. Agora, a gente não tem como ficar correndo atrás de todas as ações que estão em
1657 andamento no CONAMA para querer incluir a questão de Educação Ambiental. É mais interessante a gente
1658 propor uma recomendação geral para que qualquer ação que venha a ser desenvolvida no CONAMA, procure
1659 contemplar esses aspectos. E, tendo a Câmara Técnica estabelecido diretrizes de Educação Ambiental por
1660 uma Resolução, por algum outro ato, existe e então a questão está delimitada, e as pessoas sabem como elas
1661 devem encaminhar esse processo.

1662
1663 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1664

1665 Só um pouquinho. Tenho aqui Marcos do Ceará e depois Marília do MMA.

1666
1667 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**
1668

1669 Eu gostaria de concordar com o companheiro da ANA, até porque todos as CTs aqui têm uma relação com a
1670 questão ambiental, mas nós temos que agir no atacado através da recomendação. Agora, a título de proposta,
1671 estava conversando com a Viviane, a gente poderia procurar cada Presidente dos GTs e CTs e fazer uma
1672 sensibilização ou por e-mail, talvez uma reunião ficasse muito difícil, mas procurando sensibilizar cada
1673 Presidente, contato telefônico ou por e-mail, da necessidade, porque se a gente for atrás de cada GT mesmo
1674 que seja prioritário, poderíamos até elencar alguns grupos que seriam prioridades no trabalho mais específico.
1675 Mas a gente tem que ter alguma coisa no atacado. A recomendação seria para todos as CTs e aí articulação
1676 com cada Presidente de CTs que realmente levasse em consideração essa recomendação.

1677
1678 **Marília Passos Torres de Almeida - DEA/MMA**
1679

1680 Marília do Ministério do Meio Ambiente. Eu ia falar exatamente nesse sentido que é interessante a gente fazer
1681 essa recomendação, mas como tem algumas resoluções que já estão para ser aprovadas a gente poderia
1682 tomar alguma providência em caráter emergencial. Eu não sei como é que se dá a comunicação entre as
1683 Câmaras Técnicas, mas seria tipo um memorando para todos os presidentes das Câmaras Técnicas, falando
1684 que estamos construindo essa recomendação, mais em caráter emergencial, em virtude de algumas
1685 Resoluções já estarem no forno para sair que poderiam ver a possibilidade de incluir a Educação Ambiental
1686 nas resoluções. Eu acho que a comunicação interessante seria uma coisa oficial mesmo para o memorando e
1687 não uma coisa informal, um e-mail e um telefonema. Poderia ser as duas coisas ao mesmo tempo mas um
1688 memorando aqui assinado pela Presidente direcionada a todos os presidentes das Câmaras Técnicas também
1689 enquanto consta a recomendação. .

1690
1691 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
1692

1693 Marília, eu achei super boa a idéia, só que conversando com as pessoas que são de Câmaras Técnicas e GT
1694 existe não é tão simples assim, nós queremos inserir Educação Ambiental porque na prática é uma
1695 negociação política. Por mais que a gente ache que é consenso Educação Ambiental, não é. Chega lá por
1696 exemplo no GT de Maus Tratos a Animais Silvestres tem sempre os setores que acham que é muito
1697 complicado, que o IBAMA não teria como fazer esse tipo de Educação Ambiental ou de supervisionar ou de

1698 fiscalizar que a pessoa que estivesse vendendo os animais ou com a guarda deles fizesse essa Educação
1699 Ambiental. E então o problema está justamente na implementação dessa Educação Ambiental e na
1700 operacionalidade e aí é isso que requer habilidade e participação efetiva nos GTs para fazer esse tipo de
1701 negociação política. Não é simplesmente colocar a Educação Ambiental e falar que ela é importante, mas
1702 negociar como ela vai se operacionalizar e aí tem os setores lá. Então eu acho que sem prejuízo da sua
1703 sugestão que é boa, a gente tem que também garantir esse tipo de negociação política nos GTs, porque senão
1704 não tem efetividade nenhuma, e enfim não tem operacionalidade.

1705
1706 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**
1707

1708 Um momento interessante para todos entrarem em contato com os presidentes das Câmaras Técnicas, os
1709 coordenadores dos GT é durante as plenárias, é durante as plenárias porque são feitas várias articulações.
1710 Então se torna mais fácil, nós da Secretaria Executiva do CONAMA podemos identificar os presidentes e
1711 fazermos uma reunião assim rápida durante a plenária mesmo no intervalo qualquer e apresentarmos essa
1712 proposta, porque durante a plenária todos estarão presentes supostamente. Então eu acho que é um
1713 momento interessante.

1714
1715 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1716

1717 Olha só. Estava aqui pensando o seguinte. 3 e 4 de julho? 3 a 6 nós vamos estar no Encontro Nacional de
1718 Gestores do Brasil inteiro. Então olha só, aí fica longe. Olha só, o que a gente está vendo aqui? Que todos
1719 os presidentes das Câmaras Técnicas são todos novos e então isso é legal que a gente já começa a dialogar
1720 com todo mundo já partindo. Eu acho que isso é papel da presidência, fazer essa interlocução por telefone e
1721 colocar como e a partir daí a gente propor, são dois momentos um seria uma comunicação escrita mesmo de
1722 acordo com a sugestão da Ana e do Luiz Mello um memorando de recomendação trazendo a Educação
1723 Ambiental a uma questão de interface com todas as áreas. E num outro momento de descer mais a questões
1724 operacionais de instrumento que a gente já tem de várias delas. Então, talvez a gente pudesse estar vivendo
1725 os dois momentos. Uma recomendação para todos e a outra o específico também, onde a gente já tem os
1726 específicos. Então eu acho que a gente poderia levantar aqui se a gente já tem o específico e que específico
1727 são esses, o que já está trazido aí para não se perder o trabalho anterior. Concorda, Luis com essa lógica?
1728 Então a gente fazer o contato com todos os novos presidentes, eu assumo essa responsabilidade desse
1729 contato, e dizer que a gente tem isso como premissa essa Câmara Técnica de fazer a interface e o diálogo
1730 com todas elas e deixa-los bastante à vontade na hora que for necessário que eles também nos solicitem essa
1731 interlocução e no segundo momento seria uma recomendação para todos dessa necessidade e aí fazer uma
1732 justificativa que a gente tem aí na lei, no tratado e na própria política e no terceiro momento eu acho que a
1733 gente poderia sim já identificar qual é a nossa proposta, o que está em andamento. Eu acho que a gente
1734 poderia ver aqui agora. Já dá para ver o que a gente tem de Câmara Técnica em andamento. Já tem?

1735
1736 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
1737

1738 Eu acho que não dá pelo seguinte, a gente teria que ver quais são as Resoluções que estão sendo discutidas
1739 em cada Grupo de Trabalho e em cada GT.

1740
1741 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1742

1743 Eu estou falando o contrário. No nosso caso, a gente já tem uma propositiva para a gente já encaminhar para
1744 esses grupos,? Você entendeu o que eu falei?

1745
1746 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
1747

1748 Não temos.

1749
1750 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1751

1752 A gente não tem nenhuma que está na mão.

1753
1754 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
1755

1756 Não, a gente tem que formular.

1757
1758 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1759

1760 E a gente já tem um indicativo de qual a Câmara Técnica que a gente quer encaminhar já? Minha pergunta é
1761 essa, dos trabalhos que vem de pilhas e etc.

1762
1763 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1764
1765 Não, teria que ver pelas Resoluções. A gente identificou na época há um ano atrás algumas, entre essas aqui,
1766 pilhas e tal que estão nos resultados que a Cleide preparou. Mas eu não sei como é que elas estão.

1767
1768 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

1769
1770 Bom, sobre uma proposta que ela perguntou, existe uma proposta, mas que como a Cleide falou
1771 anteriormente, ela foi considerada um tanto quanto longa para ser incluída numa Resolução, ela não sintetizou
1772 uma idéia e não deu para sair aquele padrão como a gente pensou, mas existe uma proposta sim inicial.
1773 Então a gente pode depois resgatar isso e acho que está até no processo aí, e a partir daí tentar sintetizar
1774 alguma coisa que de repente é tentar, porque a Viviane já piscou o olho aqui que é difícil mas a gente faz um
1775 novo esforço, senão a gente faz coisa específica mesmo.

1776
1777 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1778
1779 Só um pouquinho, Marcos, Ministério dos Esportes.

1780
1781 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

1782
1783 Eder Leonardo do Ministério dos Esportes. Eu acho que é nesse sentido, a gente está caminhando, mas só
1784 uma proposta de ação também que pode ser verificação dos grupos de trabalho pelos dados da Internet dos
1785 documentos que estão em tramitação nas outras câmaras que saia daqui dessa reunião como proposta, que
1786 se verifique nesses documentos a possibilidade sobre quais têm a possibilidade e quais são eminentes a
1787 possibilidade da inserção do tema de Educação Ambiental. Então é também nesse sentido, se a gente pode
1788 estabelecer prioridades. Talvez isso poderia ser uma contribuição talvez da relatora que poderia ajudar nesse
1789 sentido, não será o caso?

1790
1791 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1792
1793 Eu acho que está sinalizando. Vamos aqui no Marcos, aí você quer falar também?

1794
1795 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1796
1797 Eu não sei se vou falar uma coisa óbvia demais, mas para mim essa recomendação ela é sintética, ela é
1798 objetiva, até porque esse é um posicionamento muito mais político do que técnico. Ele não deve se ater a
1799 questões miúdas ou específicas, ela é uma recomendação muito mais política no sentido do CONAMA em
1800 todas as suas Resoluções ter como pressuposto a Educação Ambiental. Então ela tem que ter esse escopo
1801 muito simples, direto e objetivo.

1802
1803 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1804
1805 Eu acho que o escopo simples, direto e objetivo, mas deixando claro que a gente está querendo implementar
1806 uma política pública, e enquanto política pública, esse eixo que você está falando. Então pronto.

1807
1808 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1809
1810 Simples não quer dizer que não tenha conteúdo.

1811
1812 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1813
1814 Então reafirmando suas palavras e deixando claro seu entendimento que é como política pública para todas as
1815 câmaras e em determinado momento a gente vai ter sim que aprofundar.

1816
1817 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**

1818
1819 E se tomar isso como uma ação prioritária, elaboração dessa recomendação simples, o que pode ser definido
1820 é após o seu contato você já vai ter um indicativo de aceitabilidade ou não desses presidentes de Câmara
1821 Técnica, o grau de importância que eles dão para a Educação Ambiental ou não. E a gente pode começar a
1822 trabalhar com aqueles que foram mais abertos então.

1823

1824 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1825

1826 Eu acho que a gente não poderia partir dessa premissa. Eu acho que a gente poderia mesmo sugerir
1827 enquanto Câmara Técnica para todas as outras que está na política, eu acho que quem está entrando
1828 possivelmente já está em consonância, porque a gente já traz como uma contribuição efetiva, mesmo sem
1829 pedir, acho que a gente faz parte do processo de construção. Então, eu acho que a gente tem aqui. Eu vou
1830 fazer então um contato, a gente assume um contato com todos os presidentes novos das Câmaras Técnicas, e
1831 em cima daí eu gostaria de ver quem poderia estar fazendo a minuta dessa recomendação para todos, para a
1832 gente poder discutir e encaminhar e ao mesmo tempo identificar as Câmaras Técnicas que tenham Educação
1833 Ambiental em cada Câmara e acho que no momento que eu fizer o contato, eu já posso pedir essas
1834 informações e então eu acho que a gente teria esse contato, solicitar as informações dessa interface se já está
1835 acontecendo, se já contempla para a gente otimizar o caso e essa recomendação que eu acho que tinha que
1836 fazer uma minuta, essa recomendação para todos e depois no próximo momento ver como é que seria a
1837 recomendação específica também já de uma operacionalização específica. O MEC, MMA e órgão gestor...Tá.
1838 E OCA Brasil também, não é isso? Então pronto, então Marcos.

1839

1840 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1841

1842 Eu queria propor Presidente, só a título de proposta mesmo que tal a gente criar um grupo de discussão na
1843 Internet? Porque isso facilitaria muito esse tipo de contato. É certo que o e-mail é uma ajuda, mas criaríamos
1844 um grupo técnico dentro do CT, porque nos ajuda muito porque você já manda para um, já manda para outro e
1845 para esse tipo, por exemplo, seria mais simples...

1846

1847 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1848

1849 Eu acho que aqui hoje nós vamos estar todo mundo recebendo a mesma coisa a lista de presença para todo
1850 mundo e poderíamos fazer essa consulta se é possível já jogar todo mundo no grupo, pode ser? Então a
1851 gente já fica aqui com essa criação de um grupo de discussão. Um grupo de discussão gratuito, não precisa
1852 ser institucional.

1853

1854 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

1855

1856 Esse grupo de discussão é o seguinte. Nós temos que verificar com o nosso setor de Informática, porque vai
1857 ter que criar um grupo e isso aí demanda um certo trabalho, eu não entendo bem como é que funciona, mas
1858 tem que criar esse grupo de trabalho e talvez nesse primeiro momento na emergência poderia ser por e-mail
1859 rapidinho, porque nós não podemos nos comprometer que tenha essa grupo criado agora, para essa
1860 discussão desse... Para o próximo a gente vai conversar com o nosso setor de informática, porque depende
1861 de uma certa operacionalização disso. Então, vamos fazer o seguinte, a gente verifica lá se houver
1862 possibilidade que seja imediatamente, inclusive porque nós temos o nosso setor de informática é uma pessoa
1863 e então nós estamos com uma demanda muito grande. E, então a gente verifica a possibilidade dessa criação
1864 imediata do GT, senão a gente não vai deixar de fazer essa discussão, seja via Internet mesmo, e-mail para
1865 facilitar. E outra coisa, essa recomendação, de repente já saísse uma proposta, já levar essa proposta para a
1866 plenária porque se a Câmara deliberar aqui que isso vai ser para a próxima plenária e vai ser elaborada ao
1867 longo até chegar lá e independente disso na hora que chegar na plenária com a proposta e os membros da
1868 Câmara Técnica presentes assinam e apresentam à mesa. Contanto que deva ser elaborada daqui até lá se
1869 houver a possibilidade.

1870

1871 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1872

1873 A única dificuldade que eu acho é que nós não vamos ter aqui uma plenária da Câmara Técnica, uma reunião
1874 da Câmara Técnica antes da nossa plenária e aí seria só troca por e-mail e não sei se seria muito eficiente,
1875 mas a gente pode tentar. Eu acho que a gente coloca como objetivo para tentar. Eu queria lembrar que essa
1876 listagem que nós demos do CIPAM/Câmaras Técnicas contém as resoluções que estão sendo tratadas,
1877 porque cada GT trata de uma Resolução, isto é o nome da Resolução. Então quando nós temos CT que é
1878 Câmara Técnica de Biodiversidade tem quatro grupos de trabalho que tratam das seguintes resoluções, GT
1879 espécies exóticas, estágios sucessionais de campos de altitude, aquicultura, depósito doméstico de animais
1880 silvestres, exatamente. Essa é a listagem das Resoluções. A única que não é uma Resolução é essa
1881 encaminhada, esse GT "ad hoc" da Educação Ambiental, que é a nossa mesmo, ele é ativado e desativado.
1882 Ele foi ativado pela II Conferência e foi desativado, e agora para a III Conferência que terá início em agosto vai
1883 ser ativado. Então nós temos, Viviane, cada GT aqui é o nome de uma Resolução. Cada GT trata de uma
1884 Resolução. Por isso quando quiser saber a listagem das resoluções, são essas. E nós temos algumas
1885 câmaras que ainda não estão com sua pauta definida, eles estão com dificuldade de criar uma pauta. Então,

1886 essas, a gente dá para vocês um indicativo de como nós demos já para a Rachel o indicativo daquelas que
1887 são realmente produtivas que devem ser prioritárias. E poderia ser o mesmo indicativo, mas a gente pode
1888 atualizar e passar esse indicativo. Exemplo. Eu não sei se nós teríamos uma interface muito grande como
1889 Assuntos Internacionais, Educação Ambiental nessa linha para coisa específica. A gente passa esses
1890 indicativos para vocês.

1891
1892 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1893

1894 No caso aí na verdade, nós estamos colaborando com o Programa Nacional de Educação Ambiental para
1895 Angola que é uma cooperação internacional e tal. Então quer dizer, temos muitos. Mas não é nessa Câmara,
1896 mas de qualquer sorte a interface está colocada. E o diálogo.

1897
1898 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
1899

1900 Tem alguns assuntos delicados que cabe à Educação Ambiental, mas precisa ver se estão sendo discutidos,
1901 porque às vezes não é nem o momento de estarmos com isso, depende do que está sendo discutido nela.

1902
1903 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
1904

1905 Pode ser que não tenha nenhum GT. Agora, tem biodiversidade, espécies exóticas e aí é que está sendo
1906 tratado isso.

1907
1908 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1909

1910 Então vamos ficar com esse encaminhamento da gente fazer o contato com os novos membros da Câmara
1911 Técnica da gente minutar o MEC e aí soltar o MEC, e o Ceará soltar isso no nosso grupo de discussão, essa
1912 minuta de recomendação para todos, essa inserção para todo mundo, e a partir daí a gente vê qual é o
1913 próximo passo no caso, como é que a gente pode fazer uma coisa específica para as Câmaras Técnicas. Eu
1914 acho que poderia vir até junto para todos e se a gente já identificar alguma coisa específica a gente já
1915 encaminha. Fazer uma coisa coladinha. O que mais? Podemos passar para o próximo ponto? O próximo.
1916 Recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais na
1917 Administração Pública.

1918
1919 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**
1920

1921 Questão de ordem Presidente. Essa proposta vai ser avaliada aqui nesse momento?

1922
1923 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1924

1925 Essa aqui agora?

1926
1927 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**
1928

1929 Esse é o ponto 5.5.

1930
1931 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1932

1933 Eu também queria saber como ela está? É um momento de informação na verdade e acho que esse momento
1934 é para a gente tomar pé do que veio aí para a gente continuar abrindo.

1935
1936 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**
1937

1938 Porque eu tenho muitas dúvidas em relação a isso.

1939
1940 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
1941

1942 Então, vamos fazer uma escuta agora.

1943
1944 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
1945

1946 Essa recomendação, esse processo ele é oriundo do Secretário de Políticas para o Desenvolvimento
1947 Sustentável do Ministério de Meio Ambiente. O doutor Gilney Viana e a proposta eu posso ler rapidamente, a
1948 proposta que ele faz. Proposta de recomendação do CONAMA para inserção da dimensão ambiental nas

1949 atividades administrativas e operacionais da Administração Pública. É o A3P. "Aproveitando a oportunidade
1950 para cumprimentá-lo e dando continuidade às discussões sobre as estratégias de implementação da Agenda
1951 Ambiental da Administração Pública - 3P no âmbito da Comissão Gestora e considerando a importância de se
1952 construir uma nova cultura institucional para inserção de critérios sócio ambientais na administração pública,
1953 apresentamos a proposta de recomendação em anexo, considerando que o poder público deve liderar o
1954 processo de adoção de novos padrões e desempenho ambiental. A proposta representa uma das
1955 deliberações do primeiro Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública no qual
1956 aproximadamente 200 servidores públicos participaram das discussões sobre a formulação e a viabilização de
1957 políticas públicas de gestão ambiental. Solicitamos também a possibilidade de uma apresentação pela
1958 Comissão Gestora sobre os princípios da 3P na próxima Reunião Ordinária do CONAMA a qual teria uma
1959 duração de cerca de 15 minutos. Na certeza da compreensão e do apoio de Vossa Senhoria, estamos abertos
1960 para qualquer esclarecimento e sugestões para melhoria do texto ora apresentado." Então, está
1961 disponibilizado no site do CONAMA duas páginas, três páginas da proposta de recomendação e serve até
1962 como modelo, como um exemplo para o nosso do nível de recomendação, porque nós estamos aqui com um
1963 público de gestão administrativa e operacional na administração pública, é um público diferente de uma
1964 recomendação. Então, nós temos aqui uma coisa muito específica. Olha o específico já, olha uma
1965 recomendação específica que veio de um setor sem ser a Câmara.

1966
1967 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1968
1969 Ficou claro?

1970
1971 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

1972
1973 Não. Eu solicitaria que essa proposta de recomendação não fosse apresentada nesse fórum aqui, porque eu
1974 tenho dúvidas quanto à legalidade da matéria neste fórum. Eu peço a atenção de todos para o conteúdo do
1975 documento, e eu creio e acho que seria coerente uma proposta antes de entrarmos no mérito uma consulta ao
1976 Departamento Jurídico, seja do Ministério do Meio Ambiente, consulte o plenário qual seria o
1977 encaminhamento. Mas consultando o conteúdo do documento, eu acho que a avaliação é que essa matéria
1978 não é da alçada própria deste fórum que é a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Poderia aprofundar
1979 mais o debate.

1980
1981 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1982
1983 Então vamos esclarecer aqui.

1984
1985 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1986
1987 Pessoal, todas as decisões da Câmara, recomendação ou Resolução, passam sim pela Jurídica. A Jurídica
1988 tem o procedimento de que primeiro ela quer ouvir a Câmara Técnica, do ponto de vista técnico, a Câmara
1989 Técnica não dá parecer sobre a competência jurídica. Nós vamos trabalhar tecnicamente. Essa proposta, ela
1990 está tecnicamente correta, depois que for consensada a redação na Câmara Técnica a redação e o conteúdo,
1991 aí sim a Jurídica faz. Nós podemos fazer uma consulta excepcional sobre determinado aspecto que a gente
1992 tenha dúvida, mas é uma consulta que ela já vai dar o despacho, "encaminhe-se à Câmara Técnica" é esse o
1993 despacho que ela vai dar, ela não olha duas vezes. Eles otimizam bastante o seu trabalho e não vão olhar a
1994 Resolução duas ou três vezes. Depois que a Câmara Técnica opinar é que vai para a Jurídica.

1995
1996 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1997
1998 Só para falar que do ponto de vista do mérito tem tudo a ver com a competência sim dessa Câmara Técnica, é
1999 até lógico porque a inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais da
2000 Administração Pública é tocada dentro dos Ministérios pela própria área de Educação Ambiental que tem em
2001 cada Ministério. Então a 3P do MEC toca esse tipo de inserção, o departamento de Educação é o que toca
2002 dentro do MMA, e aqui o que está pedindo é que isso seja universalizado para todos os Ministérios e isso tem
2003 a ver com Educação Ambiental e não vejo porque não apreciar e dar uma opinião de mérito.

2004
2005 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2006
2007 Eu acho que é só a título de esclarecimento, porque quando a gente trabalha com a 3P na Administração
2008 Pública a gente tem que começar a trazer mudanças de valores e a gente usa ainda copos descartáveis, a
2009 questão das luzes, os cuidados com consumo que hoje a gente já discursa dentro dos trabalhos que a gente
2010 faz nas escolas e fora das escolas e então são essas questões que a gente precisa, e isso na verdade já vem
2011 um processo quase de sensibilização, nesses últimos anos. E então agora parece que a gente precisa avançar

2012 mais nas atitudes. Até a gente mesmo, entendeu? Eu acho que a partir da gente mesmo. Então, essa é uma
2013 dimensão colocada e é um grande desafio para todos nós de todos os estados, diminuir consumo que está
2014 aqui contemplada a questão dos descartáveis, energia, ao espaço de trabalho, e isso está sendo feito de
2015 forma pontual, ainda não entrou quase como uma Política Pública de uma diretriz. Se sai dessa Câmara e
2016 passa pelo Conselho Nacional e isso para todo mundo, eu acho que a gente já vai avançando nessas
2017 necessidades, é um pouco isso. Pode falar Luis.

2018
2019 **Luis Gustavo Miranda Mello - ANA**
2020

2021 Luis Mello, Agência Nacional de Águas. Eu li rapidamente agora essa proposta que eu acho que existem
2022 alguns itens nela que estão relacionados à Educação Ambiental e o processo de sensibilização. Agora,
2023 existem outros itens que estão relacionados a recomendações para a Administração Pública, a atuação da
2024 Administração que não seria diretamente com essa Câmara Técnica. Eu acho que seria uma proposta que
2025 teria que ser feita em articulação com, não sei, eu vejo aqui a Câmara Técnica de Controle e Qualidade
2026 Ambiental e acho que teria algumas outras que poderiam ter essa atribuição também. Porque a gente não
2027 está aqui fazendo uma recomendação só de sensibilização e educação, a gente aqui está sendo feita uma
2028 recomendação de atuação da Administração Pública, a questão de compras de equipamentos, de formas de
2029 gerir recursos, e aí então, isso eu acho que teria que ser articulado com outras câmaras que teriam essa
2030 atribuição.

2031
2032 **Enerly M. Cézar Batista - DEA/SEMMA-GO**
2033

2034 Eu conheço esse trabalho da 3P, e acho que é pertinente a fala do nosso colega, mas em relação à parte
2035 administrativa também estar pertinente à Câmara Técnica de Educação Ambiental ou mesmo à Educação
2036 Ambiental porque também faz parte da ética também em relação à compra e todas essas coisas que está tudo
2037 relacionado.

2038
2039 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**
2040

2041 Eder do Ministério dos Esportes. Sim, eu concordo totalmente com a Presidente Maria Cristina que é
2042 importante a consciência ambiental, e isso eu acho que talvez é repetir muito dizer a importância da
2043 preservação ambiental, a importância dos recursos que a Administração Pública gere. Mas no conteúdo do
2044 documento não está claro. Não está especificado. Eu duvido, com todo respeito a quem apresentou essa
2045 proposição, ela não está suficientemente adequada para ser aprovada na Câmara Técnica de Educação
2046 Ambiental. A nossa colega do MEC deu um preâmbulo sobre alguns princípios básicos que já são...

2047
2048 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
2049

2050 Faz parte do conceito de A 3P a inserção de Educação Ambiental. Eu não sei se precisa de um documento
2051 explicar todo o conceito de Educação Ambiental, porque a 3P já contempla isso.

2052
2053 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
2054

2055 Eu só queria colocar o seguinte, a gente precisa de algum encaminhamento. Primeiro saber por onde veio
2056 essa proposta. Veio através do Secretário de Política para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do
2057 Meio Ambiente onde a Agenda 21 está aí dentro e tudo e então essa proposta de recomendação é uma
2058 proposta realmente importantíssima e a sugestão é que a gente estude ela e veja para no próximo momento a
2059 gente encaminhar. Agora, que é um ponto fundamental para a gente, é. Isso com certeza. Então eu acho
2060 que você está trazendo a questão a gente pode estar acrescentando e tirando e propondo mas eu acho que
2061 vale a pena um estudo mesmo para a gente dar pé dessa história. Agora eu acho que é muito bem vinda,
2062 porque se não for para nenhuma outra Câmara por exemplo, veio para nossa, então isso tem um significado
2063 muito importante entendo que a gente pode estar ampliando já que a gente tem a questão da transversalidade
2064 muito clara nas nossas tarefas e por isso a gente vai estar dialogando com todas as outras Câmaras Técnicas,
2065 talvez seja a nossa grande interlocução que é a partir dessa possibilidade dessa recomendação a gente já
2066 abrir o diálogo com todas. Eu acho que temos que estar pensando nesse sentido. Você concorda com a
2067 gente?

2068
2069 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**
2070

2071 Eu concordo da importância, é justo por essa grande importância, que é importante que nós zelemos para que
2072 seja uma Resolução boa, porque não adianta a gente fazer uma Resolução que não seja viável, que não tenha
2073 viabilidade e possa ser aplicada. Isso eu digo sem entrar antes no mérito da discussão porque eu estudei
2074 esse documento incansavelmente. E então, se eu citasse um ponto aqui e tem pontos que são gargalos

2075 impossíveis. Antes de entrar no mérito, dessa forma como está aqui é impossível de ser cumprido, está muito
2076 genérico e tem diversas... e é justamente por achar, desculpa Presidente me prolongar ,mas só para concluir,
2077 eu concordo, é justo por ser importante que nós devemos zelar.

2078
2079 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2080
2081 Isso aqui é um exemplo típico de tramitação de projeto que cumpriu todos os ritos, é uma proposta. Ele entrou
2082 no CONAMA, veio ao CONAMA por um Secretário e o CONAMA fez a distribuição de acordo com o que a
2083 Diretoria entende que é pertinência da Câmara. Então ao vir para uma Câmara, a Câmara tem dois
2084 procedimentos básicos. Ou cria um grupo de trabalho ou ela mesma estuda e decide e dá seu parecer
2085 conclusivo depois de estudar o assunto. Se o assunto for complexo, ela cria esse Grupo de Trabalho, nós
2086 mandamos um ofício para todos os Conselheiros alertando que foi criado Grupo de Trabalho e eles encontram
2087 este processo no site e indicam, se houver interesse, representantes para participar desse Grupo de Trabalho.
2088 O Grupo de Trabalho tem seis meses no máximo para concluir, prorrogável por mais seis meses e etc. Então
2089 isso aqui cumpriu o rito até aqui e é preciso que todos os outros ritos sejam cumpridos que é a decisão da
2090 complexidade. Hoje nós não estamos, eu acho, em condições de avaliar se será criado ou não o Grupo de
2091 Trabalho, hoje é um panorama de todos os nossos problemas para a gente poder definir na próxima reunião.

2092
2093 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2094
2095 Então a gente poderia fazer um indicativo aí da gente fazer essa leitura. Isso aqui como é que está? Está no
2096 site. Eu acho que a gente poderia ter essa recomendação de fazer essa leitura e já na próxima reunião chegar
2097 já com colaborações e a gente vê se esgota essas colaborações e aqui a gente encaminha ou se é necessária
2098 a formação de um Grupo de Trabalho. Eu acho que a gente poderia avaliar dessa forma. O que vocês
2099 acham? Não ficaria adiado. Tudo o que nós estamos tomando o pé aqui hoje é meio para saber o que estão
2100 acontecendo. A gente não está adiando nada, a gente está tentando simplesmente tentando ver caminhos de
2101 operacionalizar a gente não pode decidir nada enquanto a gente não vem de que maneira na verdade daí a
2102 gente vai ver se essa decisão a gente vai tomar nesse grupo aqui ou se a gente vai ampliar para um grupo de
2103 trabalho trazer isso mais mastigado para a gente. E então é só um encaminhamento está se dando com todas
2104 as pautas hoje nesse momento.

2105
2106 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

2107
2108 Se também servir de subsídio para ajudar, algumas informações a mais, as competências das Câmaras
2109 Técnicas, a Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura, porque fica bem claro
2110 no texto aqui a palavra infra-estrutura que eu acho que está parecendo que é gestão da infra-estrutura.

2111
2112 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2113
2114 Vamos ver.

2115
2116 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

2117
2118 Desculpa, Presidente, sem entrar no mérito da proposição, mas eu quero colocar aqui atribuição da Câmara
2119 Técnica . Está escrito lá, área de atuação, normas e padrões para o controle das atividades de infra-estrutura
2120 relacionadas com Meio Ambiente. Me parece bem mais adequado. Uma outra Câmara Técnica, Economia e
2121 Meio Ambiente, também a atuação da Câmara Técnica . Normas visando subsidiar a implementação das
2122 ações constantes na Agenda 21, que inclusive a Agenda 21 é um dos argumentos para implementação dessa
2123 proposta de Resolução.

2124
2125 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

2126
2127 Isso me lembra muito uma discussão que nós fizemos há pouco sobre a Agenda 21 e às vezes nós falamos
2128 tanto sobre determinados aspectos e assuntos que temos dificuldade às vezes de conceituar. Na verdade a
2129 3P ela é uma responsabilidade primeira nossa, se nós falamos tanto de sustentabilidade, nós falamos tanto da
2130 Agenda 21 local, que o Governo talvez eu não sei exatamente, eu também li e vejo os trâmites adequáveis,
2131 mas a Agenda 21 tem uma visão ampla porque ela não é um programa, um projeto, ela é um compromisso,
2132 mas um compromisso da mesma forma que é global, que é local no município que seja também no âmbito da
2133 Administração Pública. Agora, quando entrar no mérito, talvez seja necessário a gente também tocar na
2134 questão das compras governamentais, que é outra questão que não está colocada, mas isso é outra
2135 questão mais específica. Mas do ponto de vista do texto, é sociólogo, sociólogo eu também sou, sou muito
2136 objetivo, porque estou mais para Matemático do que Sociólogo, mas talvez essa amplitude aqui seja nesse

2137 sentido de que a Agenda 21, e agora a agenda 21 nesse sentido tem complexidade e amplitude porque é
2138 muito mais um compromisso com o desenvolvimento sustentável.

2139
2140 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2141
2142 Tudo bem, está tranqüilo com os encaminhamentos? Eu estou dizendo nesse sentido, é o seguinte as
2143 meninas estão colocando que tem um teto que já fechou o teto e a gente tem três últimos pontos aqui. A
2144 proposta de recomendação para o centro de Educação Ambiental, Resolução da Criação do Cadastro
2145 Nacional de Coletivos Educadores e Bacias Hidrográficas. E então eu gostaria de sugerir porque todos esses
2146 pontos aí desde o 5. 5 até o 5.8, todos eles estão aqui disponíveis para a gente no site e a gente poderia ficar
2147 com uma orientação geral de ler, puxar imediatamente esses documentos e ler se a gente quiser, eu acho que
2148 a gente poderia fazer uma troca a partir do momento que a gente vai estar fazendo diálogo com os e materiais
2149 se a gente quiser já avançar para poder no próximo momento, na próxima reunião já realmente literalmente
2150 discutir porque a gente já entra logo nesses quatro pontos aí no coletivo, no CEAs e na 3 P e o que ocorrer
2151 naturalmente, mas acho que a gente aprofunda dizendo que se tiver colaborações é para fazer já e tal, porque
2152 eu sei que tem a turma que já está trabalhando em cima desses pontos aí que estão disponíveis. O que vocês
2153 acham? Eu acho que a gente pode ficar com isso como um encaminhamento bem saudável. E aí queria só
2154 fazer mais uma pergunta seguinte. Nossas reuniões a gente agenda aqui agora nesse momento a próxima
2155 reunião da Câmara Técnica ? É isso, né?

2156
2157 **Marcos Alberto de Oliveira Vieira - Governo do Estado do Ceará**

2158
2159 Questão de ordem. Por favor, eu gostaria, se fosse possível, nós imaginássemos um calendário como já tinha
2160 proposto.

2161
2162 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2163
2164 Um calendário. Perfeito.

2165
2166 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

2167
2168 Só uma questão de ordem. Vai ser considerada também a propriedade da matéria sobre essa Câmara
2169 Técnica, levando em consideração o regimento, os trechos dos regimentos das outras câmaras que eu li aqui,
2170 me pareceu bem digno de ser avaliado, eu gostaria que isso fosse considerado também para a avaliação
2171 como subsídio.

2172
2173 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2174
2175 Repete, desculpa, eu não entendi. .

2176
2177 **Eder Leonardo C. Borborema - Ministério de Esportes e Turismo**

2178
2179 Para subsídio, na minha última fala eu li alguns trechos que são regimentais das outras Câmaras Técnicas,
2180 porque eu coloquei para a avaliação do plenário aqui, para apreciação de todos se essa matéria seria de
2181 atribuição dessa Câmara, visto que as atribuições regimentais, não estou falando aqui de intenções, é
2182 regimental mesmo inclusive comparando, vendo a nossa atribuição regimental e a de outras câmaras, me
2183 parece que as outras câmaras parecem com propriedade maior para discutir esse assunto, legislar e propor
2184 essa recomendação como eu disse. Atividade de infra-estrutura relacionada ao Meio Ambiente e na Câmara
2185 Técnica de Infra-Estrutura. A Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente regimentalmente está previsto
2186 algo com muito mais propriedade, seria uma dessas duas. Eu gostaria para a próxima reunião e para os
2187 próximos encaminhamentos essa consideração sobre. Eu gostaria desse esclarecimento um pouco mais
2188 formal.

2189
2190 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2191
2192 Todos esses processos seguiram o rito necessário para a sua elaboração e encaminhamento à Câmara
2193 Técnica. Quando ele vem para a Câmara Técnica, a Câmara Técnica tem que dar o seu parecer, depois se
2194 debruçar exaustivamente sobre as propostas, discutir aqui ou no grupo aqui na Câmara Técnica, no grupo
2195 criado para isto. Então, nós não podemos hoje já definir que isso não é pertinente. Nós não fizemos esse
2196 trabalho, que é da próxima reunião talvez até de outras reuniões mais. Eu quero lembrar que existem alguns
2197 processos, desses que ficam na Câmara Técnica durante dois anos sendo discutidos intensivamente, para
2198 perceberem a seriedade que é tomar a decisão numa Câmara Técnica. Saindo dessa Câmara, ele vai para a
2199 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e se debruçam sobre eles, sobre esse aspecto que você está

2200 levantando, e portanto não é nossa competência falar sobre o mérito, se é competência nossa. Nós podemos
2201 dar o indicativo para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos dizendo que é ou não é competência nossa.
2202 Então, eu estou fazendo um apelo, os meninos precisam almoçar, porque às duas horas eles retomam ao
2203 trabalho da outra Câmara Técnica e como recomendação que você diz, é o mesmo procedimento que nós
2204 recomendamos com outro que seja feito para cá. Nós vamos ter condição na próxima reunião de definir se a
2205 complexidade é grande, se é pequena e se vale a pena discutir só na Câmara Técnica ou criar um Grupo de
2206 Trabalho para isso.

2207
2208 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
2209

2210 Tá, tudo bem, né Eder? Você já entendeu o processo. Nós estamos todo mundo aprendendo aqui hoje. Olha
2211 só, a gente poderia...

2212
2213 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
2214

2215 Vocês me desculpem, mas é muita informação que eu tenho que dar. Olha, nós fazemos o indicativo de data.
2216 Eu quero lembrar que é uma pré agenda. Nós vamos fazer o indicativo e nós vamos compatibilizar com todas
2217 as outras centenas de atividades do CONAMA e etc. Então, nós vamos fazer uma pré agenda. Todas essas
2218 mudanças quando ocorrerem eu consulto principalmente a Presidente e a relatora sobre uma nova data, são
2219 estas pessoas que são o nosso foco, porque elas que são essenciais, nós não temos condições de acertar a
2220 nossa agenda com todo mundo, com toda a agenda do CONAMA e mais todos os participantes. É evidente
2221 que a gente faz um esforço quando determinado Conselheiro não pode vir, então a gente faz um esforço de
2222 conciliação. Eu quero só lembrar que o nosso foco são Presidente e o Relator. E pedimos sempre, o máximo
2223 de colaboração de todos, para que a gente possa ter uma pauta com quorum, de preferência cheio, e esse vai
2224 ser o nosso esforço. Então o nosso sentido de conciliar a data de todos, é no sentido de garantir o quorum
2225 mais pleno possível.

2226
2227 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
2228

2229 Então eu gostaria de propor uma possibilidade de data. Na verdade a data hoje é 20, e eu gostaria de jogar
2230 um pouquinho para ser 25 de julho, porque a gente está com um compromisso aí com o Programa Nacional de
2231 Educação Ambiental para Angola, e possivelmente eu vou estar nessa equipe aí até o dia 23 de Julho
2232 envolvida com esses trabalhos, e aí eu gostaria de estar pelo menos nesse momento, aliás nesse momento,
2233 não em todos os momentos eu gostaria de estar. Então dia 25, quarta-feira às 9 horas da manhã também de 9
2234 às 13. Eu acho que seria bom. Dia 25. Pode ser 25 ou 26, não sei o que fica melhor. Podia ser até 26.
2235 Então vamos lá, 26 às nove, OK? De 9 às 13. 26 de julho a próxima reunião nossa da Câmara Técnica . E
2236 até lá a idéia seria da gente fazer nossas interlocuções e ver procedimentos e trazer o ponto de pauta já para
2237 começar os trabalhos técnicos.

2238
2239 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs REGIÃO CENTRO-OESTE**
2240

2241 Ana da OCA. Eu gostaria de estar também sugerindo para a próxima pauta a questão da Conferência
2242 Nacional do Meio Ambiente. Eu acredito que já começam a ser feitas algumas movimentações e a gente tem
2243 que ocupar o espaço o mais rápido possível. Então, assim como item para as nossas discussões, a
2244 Conferência Nacional do Meio Ambiente.

2245
2246 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
2247

2248 OK, então a gente tem todos esses encaminhamentos de hoje, dos operacionais e incluindo aí a Conferência.
2249 Agora eu queria saber o seguinte. Alguém mais gostaria de sugerir alguma pauta para a próxima?

2250
2251 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
2252

2253 Eu só gostaria de pedir que seja retirado do site, precisa falar isso com a Cleide, do site do CONAMA a
2254 proposta da CEAs Centro de Educação Ambiental, porque a gente vai reformular.

2255
2256 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
2257

2258 Tirar em primeiro momento, mas de qualquer sorte a gente mantém a pauta?

2259
2260 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
2261

2262 Mantém a pauta e antes da próxima reunião já estaria de volta reformulada, só para que as pessoas não
2263 tenham contato com uma proposta.

2264
2265 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2266
2267 Mas seria super interessante que a gente pudesse ler e já vir para cá todo mundo bem afinadinho para ver se
2268 a gente consegue adiantar hoje foi uma reunião bem de tomar pé das coisas mas nos próximos momentos a
2269 gente vai ter uma coisa bem mais operacional tecnicamente falando. Então tá. Alguém queria dar uma
2270 palavra assim de encerramento, fechar com alguma coisa? Então, a gente agradece, eu particularmente em
2271 nome do Governo do Estado, agradeço a confiança de estar aqui presidindo essa Câmara Técnica, que na
2272 verdade para a gente é uma honra de estar puxando esses trabalhos e a gente vai estar bem juntinhos assim,
2273 eu acredito nesses próximos dois anos. E aí nós vamos passar para todo mundo aqui, que eu acho que pode
2274 ser uma prática de toda a reunião da gente, essa lista de presença, onde todo mundo já pode sair daqui com
2275 essa lista de presença, está bom? Muito obrigada e uma boa tarde.

2276
2277 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2278
2279 Outra coisa, hoje nós marcamos mais cedo porque era excepcional, mas é o dia todo das 9h30 às 17h30,
2280 porque temos aviões e etc.